

Revista **Diversidade** e Educação



v. 1 n. 2 julho/dezembro 2013 - Rio Grande/RS

ISSN 2358-8853

Entrevista

A professora Cristiane Soares Bastos compartilha sua experiência na discussão sobre corpo, gênero e sexualidade com crianças

página 6

Galeria

Veja as fotos da I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero

página 29

Conheça a nossa mais nova companheira

Maria

Confira a primeira história da série na página 24



Núcleo Responsável:

Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola
Endereço: Av. Itália km 8, Carreiros. (053) 3293-5073
Endereço eletrônico:
<http://www.sexualidadeescola.furg.br>
E-mail: sexualidadeescola@furg.br

Coordenadora:

Paula Regina Costa Ribeiro

Editora

Joanalira Corpes Magalhães

Jornalista Responsável:

Yéssica Lopes - MTB 16289

Colaboradores:

Paula Regina Costa Ribeiro – pribeiro@furg.br
Joanalira Corpes Magalhães – joanaliramagalhaes@furg.br
Raquel Pereira Quadrado – raquelquadrado@furg.br
Deise Azevedo Longaray – deiselongaray@furg.br
Juliana Lapa Rizza – juliana.rizza@furg.br
Suzana da Conceição de Barros – suzanabarros@furg.br
Dárcia Amaro Ávila – darcia.avila@furg.br
Ana Luiza Chaffe Costa – chaffe@vetorial.net
Maria Teresa Orlandin Nunes – mtnunes@furg.br
Benícia Oliveira da Silva – benicia.silva@furg.br
Fabiane Lopes Teixeira – fabilteixeira@hotmail.com
Lucilaine dos Santos Oliveira – lucilaineoliveira@furg.br

Diretor de Arte/Tratamento de imagem/Diagramação:

Amanda Thiel Lopes / Joanna Vaz

Apoio e patrocínio:

MEC, SECADI, PROEXC FURG

Impressão:

Gráfica e Editora Copiart Ltda

Tiragem:

1000 exemplares

As matérias, artigos e demais produções que compõe a revista são de inteira responsabilidade de seus/suas respectivos/as autores/as.

Qualquer parte dessa publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Endereço de Correspondência

Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola- GESE
Av. Itália km 8 – Carreiros 96203-900
Fone: (053) 3293-5073
E-mail: sexualidadeescola@furg.br
Página do Grupo: <http://www.sexualidadeescola.furg.br/>

CAPA:

Amanda Thiel Lopes. Arte da Capa: Alisson Ortiz Affonso.

Catologação na fonte: Simone Godinho Maisonave / CRB 10/1733

R349

Revista Diversidade e Educação [recurso eletrônico] / Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande. v.1, n.2 (Jul./Dez.2013). Rio Grande, 2013.

Periodicidade Semestral.

Disponível em:

<http://www.revistadiversidadeeducacao.furg.br/index.php/ct-menu-item-1.html>

ISSN 2358-8853

Revista do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola

1. Educação – Periódicos 2. Sexualidade 3. Gênero

CDD 370

Apresentação



Discutir sobre diversidade e educação é problematizar à multiplicidade de ideias, linguagens, religiões, costumes, comportamentos, valores, classes, nacionalidades, crenças, etnias, gêneros, sexualidades que constituem os sujeitos. Entendemos que a escola é um dos espaços privilegiados para fazer essa discussão, pois ela está implicada na formação de alunos/as que respeitem às diferenças, que problematizem os padrões hegemônicos de classe, de raça, de sexualidade, de gênero, que lutem pela efetivação dos direitos humanos.

Para que possamos contribuir para a promoção da cultura da diversidade e dos direitos humanos, apresentamos o segundo número da Revista Diversidade e Educação que tem como propósito estabelecer um diálogo profícuo com profissionais da educação, licenciandos/as, leitores/as que buscam em suas práticas uma sociedade mais justa, solidária e equitativa. Para tanto, apresentamos diferentes textos os quais constituem as seguintes sessões de nossa revista: GESE, Entrevista, As Histórias de Maria, Ponto de Vista, Cotidiano da Escola e Fala Aí Professor/a.

Desejamos uma boa leitura e que a revista possa produzir efeitos na prática pedagógica de todos/as aqueles/as que buscam uma escola mais plural.

Profa. Dra. Paula Regina Costa Ribeiro

Coordenadora do GESE
Professora do Instituto de Educação (FURG)
e doutora em Ciências Biológicas

Sumário

2 Editorial

Gese

3 Gênero e Diversidade na escola

4 I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero

Entrevista

6 Entrevistada da edição: Cristiane Soares Bastos

Espaço Educativo

8 Entre Barbie e Ben 10: problematizando jogos interativos online

Diversidade em Debate

10 Um axé a homoafetividade: o casamento homoafetivo na umbanda

12 As contribuições da diversidade sexual e de gênero na tribuna da educação

14 Gênero & Ciência: tecendo relações

16 Discutindo sobre sexting

18 Homossexualidade, travestilidades e transexualidades: discutindo e desconstruindo algumas metanarrativas

Cotidiano da Escola

20 Gabriel: construindo um integrante na turma 11

22 Um fusquinha cor de rosa na escola? Compartilhando uma experiência de estágio nos Anos Iniciais

História de Maria

24 Meninos e meninas n'As Histórias de Maria! Problematizando o gênero no espaço escolar

27 **Fala aí professor!**

29 **Galeria de Fotos**

Trabalhos premiados na
I Mostra Cultural sobre
Diversidade Sexual e de Gênero

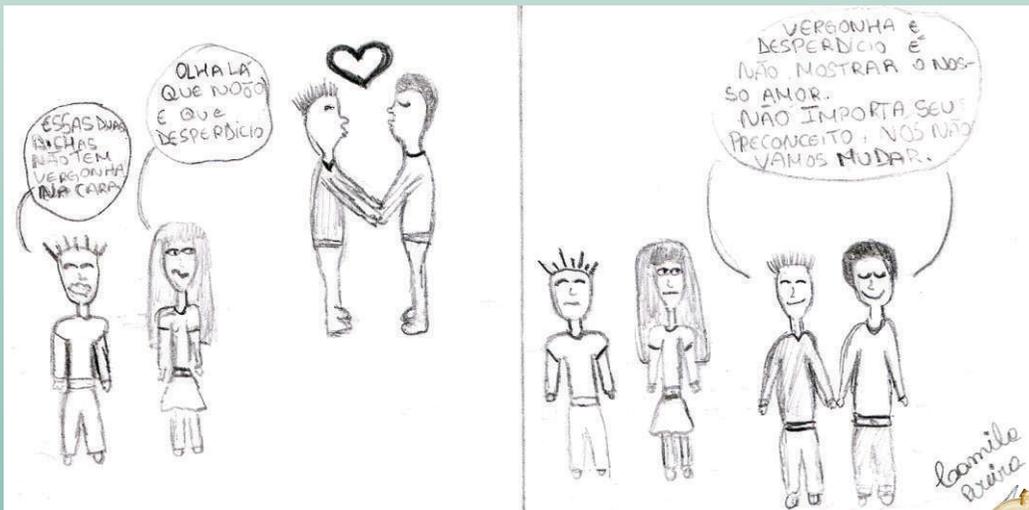
Categoria: Desenho



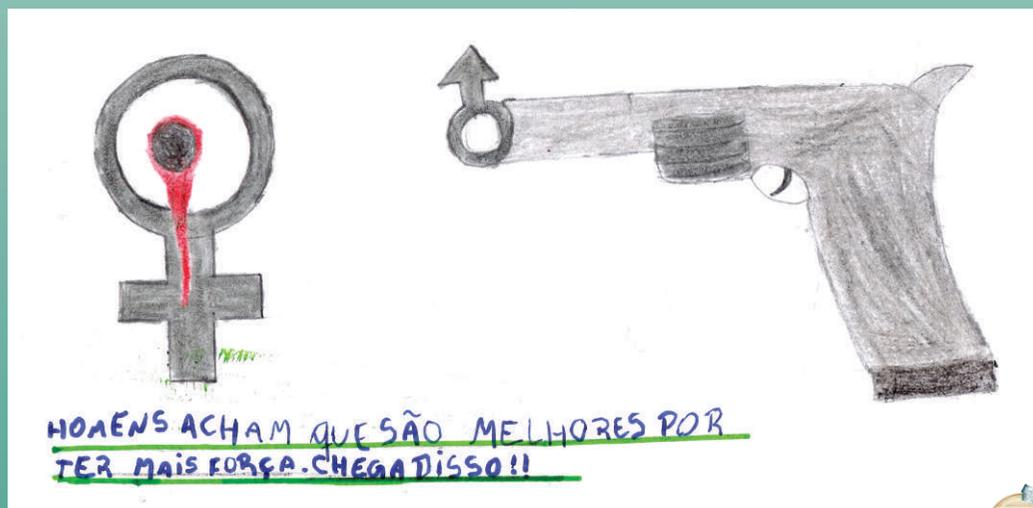
Anos Finais do Ensino Fundamental - 1º Lugar
Nome: João Victor da Silva Lima
Escola: EMEF Zenir de Souza Braga



Ensino Médio - 1º Lugar
Nome: Reger Munhoz Gonçalves
Escola: EEEM Lilia Neves



Universidade - 1º Lugar
Nome: Camila da Silva Pereira
Instituição: FURG



Anos Finais do Ensino Fundamental - 2º Lugar
Nome: Eli José S. Corrêa Jr
Escola: EMEF Clemente Pinto

Pensar na formação de profissionais da educação e licenciandos/as tem sido uma das metas do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola

■ Profa. Dra. Paula Regina Costa Ribeiro

O Curso Gênero e Diversidade na Escola – GDE Extensão, dá continuidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE. O mesmo foi financiado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia, do Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e do Plano Nacional de Política para as Mulheres II.

Frente a alguns discursos presentes nas escolas, bem como em outras instituições sociais, consideramos ser necessário questionar e refletir sobre essas temáticas na formação dos/as profissionais da educação e licenciando/as. O curso, realizado nos municípios de Rio Grande, Bagé e Uruguaiana, contou com a parceria das Secretarias de Educação desses municípios, além da 5ª e 10ª Coordenadoria Regional de Educação e da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus Uruguaiana. O mesmo foi organizado em três encontros.

No primeiro encontro, nossa proposta foi apresentar a dinâmica do curso e algumas ações do GESE, sendo discutido a participação de toda comunidade escolar para construção de um trabalho cooperativo, visando a educação para a sexualidade. Também problematizamos o entendimento de diversidade. Para a discussão das identidades sexuais e de gênero e como elas são visibilizadas nos corpos e encontram-se entrelaçadas nos diversos contextos sociais, analisamos alguns vídeos.

No segundo dia, iniciamos nossas atividades, discutindo situações envolvendo as seguintes temáticas: diversidade sexual, diversidade de gênero, diversidade religiosa, diversidade étnico-racial, diversidade geracional e configurações familiares no âmbito da escola, a partir de esquetes produzidas pelos/as cursistas. Finalizamos o encontro apresentando o ambiente virtual de nosso curso na Plataforma Moodle.

Em nosso segundo encontro, damos continuidade às discussões, abordando temáticas relacionadas aos corpos, Projeto Político-Pedagógico,

Gênero

e diversidade na escola

nome social, *sexting*, sexualidade e abuso sexual. No primeiro dia, iniciamos com a discussão sobre os corpos que transitam no espaço da escola a partir da atividade "Produzindo corpos". Para aprofundarmos as problematizações tecidas, realizamos a apresentação "Problematizando os corpos no currículo escolar". Seguimos o nosso encontro com a discussão da tarefa "Análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas" e a importância da inserção das temáticas discutidas no curso neste documento. Para encerrar este dia, discutimos sobre a inclusão do nome social nos espaços escolares e acadêmicos, tendo como subsídio a apresentação "Amparo legal: nome social nas escolas e universidade". Também assistimos uma esquete, "Luanna a aluna transexual e seus direitos no espaço escolar", organizada pelo GESE e o vídeo "Encontrando Bianca", a partir do qual discutimos o uso dos banheiros por travestis e transexuais nas escolas, além da questão do nome social.

Em nosso segundo dia de encontro, realizamos a atividade "Júri simulado", problematizando a questão do *sexting* com adolescentes. Prosseguimos com a atividade "Cenas da Escola: concordo, discordo, não sei...", a fim de discutir sobre as questões que envolvem a diversidade sexual e de gênero. Finalizamos esta etapa do curso problematizando a temática abuso sexual.

No último encontro foi realizado o Seminário Integrador, que contou com a presença de todos/as cursistas, além de profissionais da educação e licenciandos/as que se inscreveram para este evento. No Seminário aconteceram duas mesas redondas: a primeira tratava sobre a Diversidade Sexual e teve como convidada a Profa. Dra. Tatiana Lionço, do Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, e o Prof. Dr. Felipe Bruno Martins, da UFSC. A segunda mesa redonda tratou da Diversidade de Gênero e teve como convidadas a Profa. Dra. Fabiane Ferreira da Silva da Unipampa e a Profa. Dra. Eliane Maio, da Universidade Estadual de Maringá. Durante o Seminário, tivemos a apresentação de pôsteres. Para encerrar as atividades, aconteceu a entrega dos Prêmios da I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero.

A mostra elegeu as produções que mais se destacaram nas temáticas de diversidade sexual e de gênero.

I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero

■ Profa. Dra. Paula Regina Costa Ribeiro

■ Profa. Dra. Joanalira Corpes Magalhães*

O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE – da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no contexto do projeto intitulado Observatório Brasileiro de Políticas Públicas de Promoção da Equidade de Gênero e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) em Educação, lançou a I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero, a qual elegeu as produções que mais se destacaram nas temáticas de diversidade sexual e de gênero.

A Mostra teve como objetivo contribuir com a promoção da equidade de gênero e a cidadania da população LGBT através da produção e difusão de informações importantes à comunidade sobre as questões relativas ao gêneros e às sexualidades e promover discussões acerca dessas questões para a minimização das representações e preconceitos atribuídos às mulheres e aos sujeitos LGBT.

Participaram da I Mostra estudantes de instituições públicas do Rio Grande: dos Anos Finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da FURG.

As produções submetidas à Mostra deveriam estar relacionadas com alguma das seguintes temáticas:

- combate à violência contra mulheres e homens;
- enfrentamento à homofobia;
- promoção da equidade de gênero;
- promoção da cidadania LGBT;
- igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Para participar os/as candidatos/as podiam escolher dentre 4 (quatro) modalidades diferentes:

Foto: Yéssica Lopes



slogan, desenho, poesia e jingle. Cada candidato/a podia inscrever-se em até 2 (duas) modalidades.

Tivemos 124 trabalhos inscritos. Na categoria slogan foram 49 trabalhos, tivemos 45 desenhos, 24 poesias e 6 jingle.

Os/as alunos/as foram premiados/as por categoria e modalidade, os do 1º lugar ganharam um tablet de 7” e troféu e os do 2º lugar ganharam um pen drive e medalha. Além dessa premiação, as produções selecionadas serão expostas em diferentes materiais de divulgação tais como agenda escolar e acadêmica, busdoor, adesivos, cartazes, marcadores de livros, entre outros, bem como sua publicação na internet. As escolas dos os/as alunos/as que foram premiados/as em 1º lugar ganharam um kit pedagógico.

A premiação ocorreu no dia 28 de novembro de 2013, no CIDEC-SUL – Campus Carreiros da FURG, onde todos/as os/as candidatos/as tiveram suas produções expostas. Além disso, todos os trabalhos foram divulgados no Caderno I Mostra Cultural que foram distribuídos a todos os/as participantes.

*Professora do Instituto de Educação (FURG) e doutora em Educação em Ciências

■ Conheça os/as ganhadores/as de cada categoria:

■ Poesia:

- Anos Finais do Ensino Fundamental

1º Lugar

Nome: Jéssica Quaresma da Rosa

Escola: EMEF Clemente Pinto

2º Lugar

Nome: Gabriela Ferreira Rodrigues

Escola: EMEF Mate Amargo

- Ensino Médio

1º Lugar

Nome: Luan Nunes da Silva

Escola: Escola Técnica Estadual

Getúlio Vargas

- Universidade

1º Lugar

Nome: Mariana Guariento Machado

Instituição: FURG

2º Lugar

Nome: Camila da Silva Pereira

Instituição: FURG

■ Desenho:

- Anos Finais do Ensino Fundamental

1º Lugar

Nome: João Victor da Silva Lima

Escola: EMEF Zenir de Souza

Braga

2º Lugar

Nome: Eli José S. Corrêa Jr

Escola: EMEF Clemente Pinto

- Ensino Médio

1º Lugar

Nome: Reger Munhoz Gonçalves

Escola: EEEM Lília Neves

- Universidade

1º Lugar

Nome: Camila da Silva Pereira

Instituição: FURG

■ Slogan:

- Aos Finais do Ensino Fundamental

1º Lugar

Nome: Tamires Martins Mendes

Escola: Marechal Emílio Luiz

Mallet

2º Lugar

Nome: Gabriely da Cruz Chaves

Escola: Marechal Emílio Luiz

Mallet

- Ensino Médio

1º Lugar

Nome: Éderson Pinheiro Coelho

Escola: Escola Estadual de Ensino

Médio Lília Neves

- Universidade

1º Lugar

Nome: Lucas Cardoso Martins

Instituição: FURG

2º Lugar

Nome: Douglas Ferreira dos Santos

Instituição: FURG

■ Jingle:

- Anos Finais do Ensino Fundamental

1º Lugar

Nome: Larissa Monteiro Bento

Escola: Marechal Emílio Luiz

Mallet

2º Lugar

Nome: Juliana Luongo Pelufo

Escola: Marechal Emílio Luiz

Mallet

Neste espaço de nossa revista a professora Cristiane Soares Bastos, parceira do GESE, compartilha conosco suas experiências e relata como foi discutir as temáticas de corpos, gênero e sexualidades com crianças, através de um objeto lúdico.

Entrevistada desta edição:

Cristiane Soares Bastos

Professora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Saldanha da Gama

■ Profa. Dra. Paula Regina Costa Ribeiro

Pergunta: Há algum tempo, as temáticas de corpos, gêneros e sexualidades têm atravessado a tua prática pedagógica; mas, como foi começar a discutir estas temáticas com crianças dos Anos Iniciais?

Resposta: Foi bastante difícil, com certeza, um desafio. Me lembro até hoje que, antes de começar a primeira atividade que realizei na sala de aula, fechei a porta para que ninguém que estivesse passando pudesse ouvir a minha conversa com as crianças. Me senti bastante desconfortável, afinal eram crianças da Primeira Série, com apenas sete anos. Além disso, tive também que lidar com as minhas dificuldades e limitações para falar publicamente sobre o assunto. Depois o trabalho começou a fluir com mais facilidade e houve uma transformação, tanto do espaço da sala de aula como também da minha postura enquanto professora. A sala da aula tornou-se um lugar em que se podia falar sobre qualquer assunto e eu me aproximei mais dos meus alunos. Houve criação de um laço entre nós.

P: Dentre as experiências que tiveste com a problematização dos corpos, dos gêneros e das sexualidades no espaço escolar, a proposta que ganhou o nome de “Boneco Bruno” obteve destaque e foi amplamente divulgada. Nesse sentido, nos conte um pouco como foi esta experiência. Como as crianças reagiram ao trabalho? Quais foram os limites e possibilidades de uma proposta com este enfoque nos Anos Iniciais?

R: Esta ideia surgiu por acaso, em um dos encontros mensais do grupo de estudos. Uma colega veio com a ideia de levar um boneco para a sala de aula e compartilhou comigo. Como nada se cria, tudo se copia, eu abracei a ideia e fui criando, da minha maneira, as atividades que vêm sendo divulgadas. O mais interessante é que ela também utilizou a ideia do boneco, mas seguimos por caminhos bem diferentes, o que marca a noção de que cada espaço se cria conforme o grupo a ser trabalhado e o enfoque dado pela professora. A experiência com boneco Bruno foi muito legal. Ele entrou de mansinho e transformou-se em um “colega” da aula. Foram tantas atividades

enriquecedoras e divertidas: escolher o sexo do boneco, escolher um nome, criar características pessoais, criar uma família e uma história de vida, batizar, doar roupas, visitar casa dos alunos... Foram tantos os desdobramentos!!! Ver a carinha dos alunos a cada atividade realizada... Ver o Bruno passando de colo em colo durante a aula... Ver as crianças reunidas pensando sobre problemáticas da vida... Refletindo sobre as suas próprias vivências... Terminar o ano com uma festa de aniversário para o Bruno... Tudo isso fez o trabalho valer muito a pena. Houve o envolvimento de toda a comunidade escolar: alunos, famílias, direção, colegas... Acho que, para um trabalho desses acontecer não há limites, não importa a série em que vai ser aplicado. O que realmente importa são as possibilidades que vão ser criadas: as discussões, as problematizações... Repensar o fazer pedagógico, trazendo para o ambiente escolar as temáticas da vida que fazem cada aluno ser quem é.

P: Como as famílias e a escola perceberam este trabalho com o Bruno?

R: Com as famílias foi muito tranquilo. Definimos na escola que, durante a primeira reunião com os responsáveis pelos alunos, os pais seriam informados que as temáticas envolvendo as questões sobre sexualidade seriam trabalhadas pelas professoras. Foi o que aconteceu. Durante uma reunião, informei aos presentes e, para a minha grata surpresa, percebi um certo alívio. Vários disseram que seria melhor eu conversar sobre “estes assuntos” com as crianças, pois se sentiam pouco confortáveis para abordar o tema. Depois, as visitas do Bruno viraram uma festa para as famílias. Todos os dias as mães contavam, na porta da aula, como tinha sido a visita. A escola aceitou bem o trabalho, mas em alguns momentos passei por circunstâncias de constrangimento ou de polêmicas com os colegas.

P: Ao longo do trabalho com o Bruno e após a finalização do projeto, foi possível perceber alguns efeitos desta experiência? Quais?

R: Sem sombra de dúvida, o maior efeito é a mudança que acontece na relação professor/aluno. Passa a haver uma aproximação, o surgimento de uma relação de cumplicidade. Enquanto professora, eu passo a, também, aprender com os alunos, a conhecer a sua realidade, a sua história, a sua forma de pensar a vida e o seu mundo. O aluno passa a me ver como uma pessoa que está ali não só para ensinar a ler e a escrever, no meu caso específico, mas também como uma pessoa que pode mostrar a eles outras coisas, que mata curiosidades, que mostra situações de vida. Há uma troca significativa. O trabalho vira diversão e a diversão vira trabalho.

P: E hoje, após um tempo significativo do desenvolvimento do trabalho com o Bruno, que outras vivências com relação às temáticas de corpos, gêneros e sexualidades têm estado presentes na tua sala de aula?

R: Hoje não tenho trabalhado com projetos longos, como foi o do Bruno. Mas cada vez que surgem as temáticas de corpos, gêneros e sexualidades, paro a aula e começo a conversar com os alunos. Mas não é como o trabalho que foi realizado na época. Com certeza, hoje me falta o suporte e o entusiasmo que encontrei no grupo de estudo (GESE) do qual fiz parte durante um bom tempo. Aquele período de encontros e troca de experiências alavancou todo o trabalho daquele período. Mas as temáticas estão cada vez mais presentes na sala de aula. As realidades de hoje são bem diferentes. Assim como o Bruno cresceu e se tornou um “pré-adolescente”, eu mudei, minhas práticas pedagógicas também mudaram, as situações de sala de aula também mudaram. Este ano percebi que é necessário voltar a trabalhar com o assunto, pois ele está muito “à flor da pele” na comunidade onde eu trabalho. Preciso reencontrar o foco e inserir novamente nas minhas aulas um projeto consistente como foi o do Bruno.

Ao longo da história observa-se uma grande evolução no campo da ciência e da tecnologia, inovando e facilitando a vida das pessoas. Paralelo a esse processo as pessoas transformaram alguns hábitos e em especial, as crianças modificaram “o seu brincar”, ou seja, além das brincadeiras de esconder, pegar, brincar de boneca, elas também brincam com jogos virtuais, videogames, laptops como os da barbie e do max steel. Nesse sentido, hoje desde muito cedo as crianças manuseiam com facilidade controles remotos, celulares e computadores. Nesta perspectiva, elas vem ganhando espaço em sites de entretenimento e jogos infantis, os quais estão atentos a esta demanda ampliando cada vez mais a oferta e variedades de jogos.

Entre

Barbie e **BEN 10**

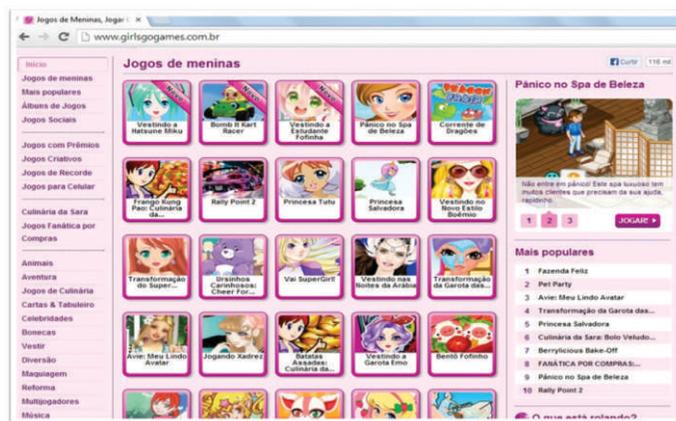
problematizando jogos interativos online

■ Acadêmica Ana Karolina Flores Bibiano*

Este estudo busca problematizar as questões de gênero observadas em jogos interativos online para o público infantil a fim de compreender como esses jogos ensinam modos de ser, de se relacionar, dos lugares e espaços a ocupar de homens e mulheres em nossa sociedade.

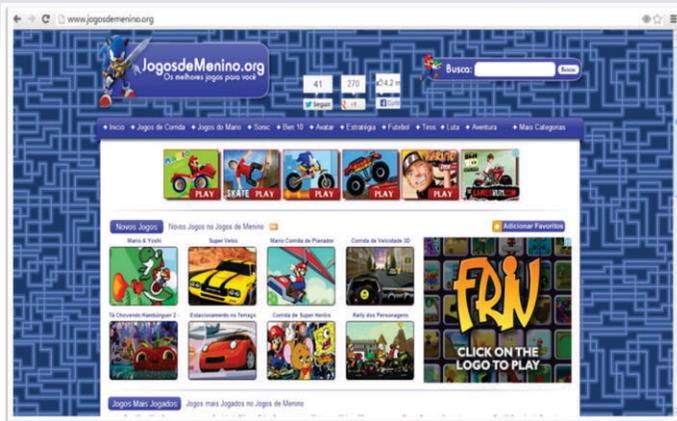
Como principal material de pesquisa, utilizamos três sites endereçados ao público infantil: <http://www.girlsgogames.com.br> direcionado as meninas; <http://www.jogosdememino.org> foi criado para os meninos; <http://clickjogos.uol.com.br> é para ambos os gêneros. Em cada site procuramos analisar as representações de gênero que instituem determinadas formas de ser menina e menino

Assim, o estudo está fundamentado em posicionamentos que utilizam o conceito de gênero como construções sócio-histórica (LOURO, 1997, 1998, 1999; SCOTT, 1995). O que vale dizer que a masculinidade e a feminilidade, ao contrário do que algumas correntes defendem, não são constituídas propriamente pelas características biológicas, mas são produtos de tudo o que se diz ou se representa dessas características.



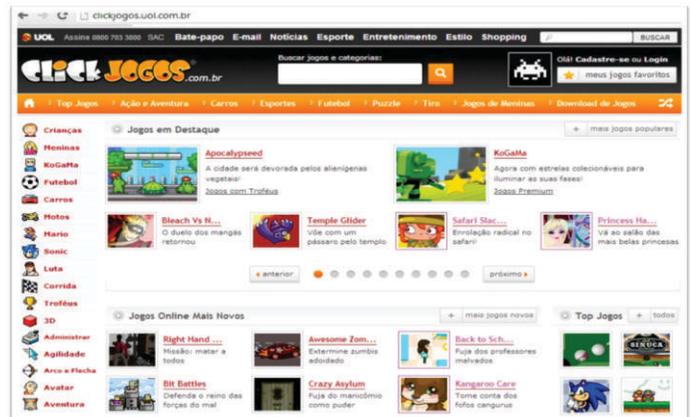
No site <http://www.girlsgogames.com.br>, nos deparamos com a cor rosa dominando o ambiente e, no centro da página temos vários ícones de bonecas e animais para a criança selecionar. O site tem no seu lado esquerdo o menu com separações dos jogos como de culinária, bonecas, vestir, maquiagem, entre outros. Já no lado direito a criança tem a possibilidade de selecionar os jogos mais populares do site.

*Bolsista Iniciação Científica/ CNPq – Acadêmica do Curso de Letras Licenciatura



No site <http://jogosdememino.org>, visualizamos a cor azul como plano de fundo. O menu dos jogos está localizado de maneira horizontal na parte central da página, logo abaixo temos o título “Jogos Novos” e alguns quadrados com fotos de carros, motos e alguns personagens masculinos, abaixo temos o título “Jogos Mais Jogados” e mais fotos de esportes, carros e personagens masculinos.

O site <http://clickjogos.uol.com.br> difere dos outros dois pois, tem seu plano de fundo na cor branca. A página tem dois menus, um na posição horizontal, na parte central e outro no lado esquerdo, na vertical. Os menus são separados pelos personagens, jogos de criança, jogos de meninas, tiros, carros, corridas, entre outros. No centro da tela vários quadrados com imagens dos respectivos jogos e algumas classificações como “Jogos em Destaque” e “Jogos Populares”.



Como resultado é possível perceber que independente do quanto o mundo evolui tecnologicamente e que as infâncias se constituam de diferentes formas, ainda existe um impasse dos espaços que meninos e meninas devem se limitar a ocupar. As crianças de hoje apenas mudaram a sua maneira de brincar mas, a separação dos gêneros por cores e tipos de brincadeiras permitidas para cada um continua igual.

Entretanto, apesar de todo o desenvolvimento tecnológico e científico, em alguns aspectos verifica-se que a visão cultural que divide os gêneros não acompanhou estas modificações, ou seja, ainda são atribuídas às meninas brincadeiras que retratam ações domésticas da mulher como cozinhar, não deixar o bolo queimar ou determinando para as meninas cuidar os cabelos, maquiagens, unhas, corpo da personagem

do jogo, enquanto para os meninos são criados jogos em que estes ocupam papéis de poder, pilotando, lutando e praticando esportes; em geral, jogos competitivos ou violentos.

Ao analisarmos os sites, percebemos que esse artefato tecnológico vem interpelando e produzindo diferentes modos de ser criança, bem como, de viverem suas infâncias. Nos sites com jogos infantis observamos a presença de um determinado modo de ser menino e menina e de viverem as suas masculinidades e feminilidades nos espaços sociais. Por esse viés, faz-se necessário problematizar essa questão a fim de que as mesmas não continuem sendo naturalizadas e reforçadas na sociedade provocando preconceitos e discriminações aos que escapam a esses modos.

Referências

- CLICK JOGOS. Disponível em: www.clickjogos.uol.com.br. Acesso em 15 de junho de 2013.
- GIRLS GO GAMES. Disponível em www.girlsgogames.com.br. Acesso em 15 de junho de 2013.
- JOGOS DE MENINO. Disponível em www.jogosdememino.org. Acesso em 15 de junho de 2013.
- LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, Dagmar (Org.). Saúde e sexualidade na escola. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 85-96.
- _____. Pedagogias da sexualidade. O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 9-34.
- _____. Corpo, escola e identidade. Educação e Realidade, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul-dez., 2000.
- SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul-dez, 1995.

Um axé a

homoafetividade

o casamento homoafetivo na Umbanda

Diversidade em Debate

■ Prof. Msn. Rodrigo Lemos Soares*

■ Prof^a. Dr^a. Méri Rosane Santos da Silva**

■ **Mar, pedra, mata e cachoeira: situando o terreno...**

A diversidade cultural, que demarca o Brasil como um país “multirracial” (FAVERO, 2010), também o configura como um grande campo de estudos sobre a temática acerca das multiplicidades comportamentais. No entanto, estes estudos emergem, em sua grande parte, dos problemas que envolvem as diferentes manifestações culturais e comportamentais dos povos que auxiliaram na formação do conceito exposto pela autora, em um jogo de disputa por respeito e poder. No sentido de problematizá-los, a matéria tem como finalidade expor as situações de diferenciação e estranhamento das práticas culturais e delas no foco o casamento entre iguais em Centros Espíritas de Umbanda (CEU), colocando-as frente ao debate, em uma tentativa de difundir esse estudo, aproximando-o de um discurso que envolva a importância desses signos à formação das identidades.

■ **Das amarras do navio ao congá: demarcando uma religião...**

“O homem é incapaz de se aproximar intimamente de seu Deus quando traz ainda em si marcas da vida profana; inversamente, ele só pode retornar às suas ocupações usuais depois de santificado pelo rito” (DURKHEIM, 1996, p.326). Este pensamento do filósofo justifica um trajeto acerca de uma contextualização da Umbanda, manifestação ligada aos cultos religiosos afro-brasileiros, na qual as corporeidades e os fazeres sociais estão postos e exigem certo grau de afastamento do mundo material. Este pensamento repousa em estudos antropológicos, que segundo Concone (2010, p.51), “a religião pode ser vista como um sistema cultural que engloba todo um conjunto

de símbolos e significados, onde são construídas relações de sentido para a vida”.

Reconhecer as práticas culturais dos sujeitos bem como respeitá-las, a partir de seus contextos e fundações implica diretamente em estabelecer vínculos com o desenvolvimento social e é nesse sentido que nos propomos a escrever sobre os ritos do casamento entre iguais.

de símbolos e significados, onde são construídas relações de sentido para a vida”.

Para esta contextualização o estudo de Brasil (2012) explicita que a Umbanda carece de espaços de discussão e aprendizado sobre sua história, contextualização local e manifestações ritualísticas. Nesse sentido o casamento entre homoafetivos figura entre os demais dogmas dessa vertente. Também, Dominique Júlia (apud OLIVEIRA, 2009), afirma que “as mudanças religiosas só se explicam, se admitirmos que as mudanças sociais produzem, nos fiéis, modificações de ideias e de desejos tais que os obrigam a modificar as diversas partes de seu sistema religioso” (p. 106). E essas modificações estão presentes nas relações dos praticantes dessa religião.

■ **Casamento na Umbanda é festa em nosso congá...**

O casamento é conceituado como uma relação jurídica solene e formal. Então, isto quer dizer que tal ato deve ser sempre acompanhado de fórmulas ou formalidades, até mesmo porque segundo uma colaboradora, “*não há casamento sem cerimônia formal, ainda que variável quanto ao ritual seguido*”.

O casamento homoafetivo na umbanda tem sido mais uma manifestação das vontades sociais. Essa temática tem gerado inúmeras discussões, alicerçadas ora em defesas de ponto de vistas, ora embasadas nos discursos biológicos e, ainda, outras, defendidas apenas pelas crenças culturais e populares que se alicerçam exclusivamente na base doutrinária.

Vivenciamos ou estudamos um processo civilizatório marcado por lutas e heteronormatividade, nas quais a concessão do casamento foi posta para futura manutenção social, ligada ao princípio da reprodução, passando também



Imagens da internet

por escrituras sagradas do Cristianismo e, hoje, sendo aderida aos fazeres mitológicos da religião afro-brasileira, a Umbanda. O fato de essa vertente realizar o matrimônio entre iguais, além de vir na contramão de outras manifestações religiosas, confirma a arguição de Defendi (2010, p.17), quando argumenta que: *estudos sobre casamento, conjugalidade e família, apontam para muitas mudanças no casamento e na revisão de regras no relacionamento conjugal contemporâneo, bem como na adequação dessas novas regras às expectativas do próprio casal e de sua convivência social mais ampla.*

Ao utilizarmos essa passagem aponta-se algumas respostas ao trabalho, tendo em vista que a partir de narrativas notou-se que o rito do casamento envolve a possibilidade de legitimação de um relacionamento homoafetivo. A celebração nupcial consiste, geralmente, numa súplica, feita pelo presidente do Centro, ou por um espírito incorporado, pedindo assistência misericordiosa de Deus para o novo casal. Por isso, não há inconveniência alguma em celebrar casamentos espíritas com certa majestade estética, segundo a cultura e os hábitos dos noivos e os do meio em que se realizam.

Percebemos, através das visitas que na Umbanda, a representação da "benção do divino" para uma união, por si só o ato ali praticado, ou buscado, por fiéis, busca a legitimação desse casamento perante a sociedade, em uma tentativa de tirá-los da marginalidade ou subcondição de sujeitos não casáveis.

A Umbanda, pelo menos nos centros espíritas pesquisados, possui como prática possível à realização do casamento homoafetivo. Enquanto sacramento disponível a todos os fiéis independente do formato da união, essa vertente religiosa abençoa, segundo as leis que a regem, aos que a solicitam.

Marcos Colares (2005) expõe que, Vivemos em uma sociedade tecnológica, onde os costumes são alterados cibernética e televisivamente. A língua, a moda, os usos, tudo é objeto de criação e recriação midiática. Talvez, Edgar Morin nos ajude a entender esse tempo – tempo dos casais que não coabitam; dos filhos de relações distintas criados sob o mesmo teto; dos casais homossexuais que se assumem publicamente; das descobertas acerca do DNA e das transformações genéticas e estéticas. Tempo onde menos se fala em amor e mais se vive experiências que só podem ter sentido a partir dele (p.4).

Pseudônimo de Edgar Nahoum, é um antropólogo, sociólogo e filósofo francês judeu de origem sefardita. Pesquisador emérito do CNRS. Formado em Direito, História e Geografia, realizou estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia. Para mais, ver: <http://www.edgarmorin.org.br/>

Referências

- BRASIL, Gabriel de Paula. Pensando o saber ancestral na umbanda: uma experiência de estágio em espaço não formal no centro de umbanda Reino da Mãe Oxum e do Pai Ogum. Cadernos do CEOM - Ano 24, n. 35 – *I d e n t i d a d e s*. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/1125/582>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- COLARES, Marcos. Casamento & Casamentos. 2005. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/lista.asp?assunto=50paginaCasamentoecasamentos>. In: <http://www.direitovirtual.com.br/artigos.php?details=1&id=170>. Acesso em 03 ago. 2012.
- CONCONE, Maria Helena Villas Boas. A Umbanda nos romances espíritas kardecistas RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 51-62, set., 2010. Disponível em: www.reciis.cict.fiocruz.br. Acesso em: 20 dez. 2012.
- DEFENDI, Edson Luiz. Homoconjugalidade masculina, revelação e redes sociais: um estudo de caso. 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- DURKHEIM, E. As Formas elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FAVERO, Ivie. A Religião e as religiões africanas no Brasil. Texto utilizado no curso Presença Africana nas Matrizes Culturais Brasileiras, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Santos, através do [site](https://www.egov.santos.sp.gov.br/ead/cursos/aplic/index.php?cod_curs_o=7): https://www.egov.santos.sp.gov.br/ead/cursos/aplic/index.php?cod_curs_o=7. Acesso em: 22 ago. 2011.
- OLIVEIRA, José Henrique Motta de. Entre a Macumba e o Espiritismo: uma análise do discurso dos intelectuais de umbanda durante o Estado Novo. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 14, set. / 2009. p. 60 – 85. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n14/3Entre%20a%20macumba%20e%20o%20espiritismo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 12.

Atualmente, a diversidade sexual e de gênero vem ganhando visibilidade nos debates políticos. Neste breve texto, lançamos o olhar sobre essas diversidades no espaço da política partidária das câmaras municipais. O objetivo é provocar a reflexão de como as discussões e ações na política podem refletir na educação. Assim, em duas seções vamos discutir o que vem sendo debatido e abordado nas câmaras de vereadores sobre a diversidade sexual e de gênero e a função da escola na garantia da cidadania e igualdade a partir dos olhares de vereadoras.

■ Profa. Msn. Dárcia Amaro Ávila*

As questões que envolvem a diversidade sexual e de gênero têm, nos últimos anos, ocupado destaque nas mídias e parte central de alguns debates políticos e educacionais em nossa sociedade. Diante dessa efervescência histórica e social, as agendas políticas vêm apresentando o desafio de visibilizar e garantir o direito de os sujeitos expressarem suas múltiplas formas de serem homem e mulher e de vivenciarem seus desejos afetivo-sexuais. Mas, o que é debatido? Que temas são privilegiados? A fim de compreender estas questões, destacamos algumas contribuições de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul que participaram de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande-FURG.

» Mas, afinal o que se tem debatido sobre a diversidade sexual e de gênero nas câmaras municipais?

O espaço da Câmara de Vereadores faz parte do poder legislativo municipal. Nesse, os/as vereadores/as, como representantes do povo na esfera municipal, têm a função, além de fiscalizar o Executivo, de aprovar leis e propor ações para o município, a partir de suas demandas ao Executivo que serão acatadas ou não.

Assim, projetos, sugestões e indicações são encaminhados ao Executivo municipal e também defendidos na tribuna em plenário. Entretanto pouco vem sendo abordado sobre as questões referente à diversidade sexual no espaço das câmaras municipais da região sul/RS. Isso se deve, segundo as vereadoras, ao fato de não ser uma demanda que chega às câmaras de vereadores e quando chega não se torna pauta de discussão. Além disso, destacam o contexto histórico

As contribuições da diversidade sexual e de gênero na tribuna para a educação

em que os municípios foram se constituindo como cidades pequenas, do interior, ainda persiste o modelo socialmente aceito de homem e mulher e de se relacionar. O que podemos identificar é um silenciamento das questões que englobam a diversidade sexual. Apesar de atualmente as estatísticas mostrarem índices de assassinatos, de evasão escolar e prostituição das pessoas que fogem à heterossexualidade, nesse espaço essas questões são pouco abordadas.

Em Rondônia, o vereador Everaldo Fogaça (PTB) aprovou o projeto de lei, no município de Porto Velho, A marcha municipal pela diversidade sexual e a parada do orgulho gay. Em Araraquara, foi aprovado o projeto de lei do executivo que cria a Assessoria Especial de Políticas para a Diversidade Sexual. São Carlos aprovou o projeto de lei do vereador Linei Navarro, que institui o Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Entretanto, algumas fissuras vêm desestabilizando esse silenciamento historicamente construído. Em Rio Grande/RS, por exemplo, foi aprovado o projeto de lei do vereador Carlos Fialho Mattos, Patola (PPS), que institui o dia 18 de dezembro como o Dia do Orgulho Gay. Em outros estados já se tem algumas ações nas câmaras municipais com relação à diversidade sexual.

Recife aprova os projetos de lei do vereador Daniel Coelho (PV), que institui a parada da diversidade no calendário de eventos do município e um monumento em homenagem a diversidade sexual, cultural, religiosa, social e racial. No estado de São Paulo foi aprovado o projeto de lei que pune práticas de discriminação em razão de orientação sexual e a criação do conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual. Em Laguna/SC foi aprovado o projeto de lei que institui o dia da Diversidade no calendário oficial do município, do vereador Deyvisonn da Silva de Souza – PMDB.

Ao lançar nosso olhar para a diversidade de gênero, é possível conhecer algumas ações instituídas pelas vereadoras em seus municípios como Licença Maternidade, Criação do Conselho Municipal da Mulher, combate à violência doméstica. Com essas ações, as vereadoras enfatizam a necessidade de políticas públicas que atendam as mulheres em diferentes contextos. Em nível de Brasil, podemos notar a inclusão dessas temáticas nas agendas políticas.

Em especial, a questão da violência doméstica é uma das pautas que mais preocupa os/as parlamentares. Atualmente, apesar da lei Maria da Penha, os índices não param de crescer. A cada hora, 10 mulheres foram vítimas de violência no Brasil em 2012. Essa violência é principalmente cometida pela concepção de posse e propriedade que alguns companheiros consideram as mulheres. É essa construção e representação de gênero que precisamos modificar para que mulheres e homens possam viver e exercer a sua cidadania sem violência e discriminação.

» Como a escola pode contribuir para garantir a cidadania e igualdade?

As vereadoras, no âmbito da pesquisa, elencam a importância de espaços que discutam essas questões na comunidade e, com isso, a centralidade das escolas nesse processo. Como uma instituição privilegiada ela possibilita que essas questões sejam melhor abordadas.

Elas propõem a inclusão das temáticas de

diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares para que tenhamos menos discriminações e violência na sociedade. O Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI vem provocando essas discussões nas escolas a partir de curso de formação para os professores. Assim, percebemos que a política contribui para a educação a partir de suas ações; entretanto, é fundamental continuar estabelecendo uma parceria e não uma imposição de leis e determinações sem explicações.

Pensar as questões que envolvem a diversidade sexual e de gênero não é uma tarefa fácil. Significa desestabilizar nossas certezas e conceitos formados construídos desde a gestação. Mas, como neste texto, propomos uma reflexão e lançamos outros olhares para essas questões para que todos e todas sejam respeitados em seus direitos e deveres em sociedade.

Com isso, estando o legislativo municipal mais próximo das demandas do povo e os/as vereadores/as como seus representantes, torna-se importante ações que visem assegurar o direito de todos e todas de viver, ser e desejar de múltiplas formas. Assim, vereadoras e vereadores de nossa região poderiam possibilitar espaços de discussão e ações que já vêm sendo abordado em outras câmaras municipais como projetos que instituem o uso do nome social nas escolas, conselhos municipais de atenção à diversidade sexual, entre outras. Questões que cotidianamente excluem e silenciam os sujeitos que fogem à norma estabelecida na sociedade.

⇒ A questão da homofobia está presente em todos os lugares. Só não enxerga quem não quer e isso também é um tema que um dia eu trouxe para o plenário, mas ficou, sabe. Ninguém conduz (Larissa)

⇒ A gente aqui dentro da câmara nem se discutiu, nem se abordou em nenhum momento se entrou em discussão dentro desses temas que esta ocorrendo e de que forma (Sofia)

⇒ A escola é muito importante. Por isso eu acho que, desde pequeno, desde quando a criança entra na pré-escola, os professores já têm que começar a orientar as crianças no caminho certo. Porque tudo começa pela escola, pela educação (Eva)

⇒ Eu vejo o caminho; realmente não tem outro senão se fazer um trabalho bem forte nas escolas para se trabalhar isso; não vejo outro espaço (Sofia)

Muitas mulheres foram (e ainda são) excluídas da produção do conhecimento. Mesmo com as mudanças ocorridas quanto ao acesso à educação e ao Ensino Superior por parte das mulheres, a representação de quem faz e pode fazer ciência ainda é masculina. Atualmente, é possível perceber o número significativo de mulheres em universidades e instituições de pesquisa, contudo, ainda evidencia-se que esta participação vem acontecendo de modo dicotomizado ou está aquém da presença masculina em determinadas áreas.

■ Profª. Dra. Fabiane Ferreira da Silva*

Ao longo dos séculos, as mulheres estiveram “ausentes” do mundo da ciência. Isso não significa dizer que as mulheres não participaram da produção do conhecimento. Nos anos iniciais da Revolução Científica, muitas mulheres envolveram-se com atividades científicas, juntamente com seus pais, irmãos e maridos cientistas (SCHIEBINGER, 2001).

Entretanto, a formalização da ciência, com a emergência de instituições e a determinação de normas e métodos, bem como a privatização da família restringiram a inserção e a participação das mulheres na ciência (SCHIEBINGER, 2001). Por muito tempo, com algumas exceções, as mulheres não puderam desenvolver pesquisas nem mesmo como auxiliares, já que até recentemente eram impedidas de frequentar as instituições de ensino, pois a elas cabia assumir o cuidado da casa, dos filhos e do marido. Cabe destacar que, embora as universidades tenham sido criadas no século XII, só passaram a admitir efetivamente as mulheres em seus quadros de discentes e docentes no final do século XIX e início do século XX (SCHIEBINGER, 2001).

Assim, a ciência estruturou-se em bases quase que exclusivamente masculinas, por meio de discursos e práticas nada neutros, que excluíram e invisibilizaram as mulheres nesse contexto. A ciência, como um produto cultural, social e histórico, desde o seu nascimento, foi moldada na dicotomia existente entre o masculino e o feminino na sociedade, e pelo fato de que durante a maior parte da sua história foi empreendida pelo representante do masculino – o homem, branco, ocidental, elitista e colonial (LÖWY, 2009). Portanto, os parâmetros e valores necessários para produzir uma ciência considerada legítima – neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade – incorporam a visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência (LÖWY, 2009).

Neste sentido, a crítica feminista à ciência instrumentada pela perspectiva de gênero – e no entendimento de que o conhecimento científico é construído por seu contexto social e cultural – considera não só a discriminação e sub-representação das mulheres na ciência, que resultaram na predominância masculina entre cientistas, principalmente em determinadas áreas da ciência, mas também o predomínio de um viés androcêntrico nas atividades científicas que caracterizam os próprios fundamentos da ciência moderna. Sem dúvida, a crítica feminista à ciência provocou mudanças, ampliando as formas de pensar e produzir o conhecimento científico, mas, sobretudo, contribuiu para a inserção das mulheres no mundo da ciência.

Atualmente, é possível perceber o número significativo de mulheres em muitas universidades do país, entre discentes e docentes, e em diversas instituições, desenvolvendo pesquisas. Contudo, apesar da crescente presença feminina no mundo da ciência, ainda se evidencia que essa participação vem ocorrendo de modo dicotomizado ou ainda está aquém da presença masculina em determinadas áreas.

No contexto da participação das mulheres nas universidades, uma questão que tem sido amplamente discutida refere-se à “segregação territorial” (SCHIEBINGER, 2001), ou seja, a divisão por gênero nas áreas do conhecimento, já que as mulheres tendem a se concentrar em áreas tradicionalmente “femininas”, em profissões de menor *status* social, reconhecimento e remuneração, embora as pesquisas atuais tenham apontado que, num futuro não muito distante, áreas tradicionalmente “masculinas” contarão com uma expressiva presença feminina. No que se refere à participação das mulheres por áreas do conhecimento, os dados disponibilizados pelo

CNPq (FELÍCIO, 2010, p. 47) mostram que as mulheres ainda são minoria na Geociência, na Matemática, nas Engenharias, na Ciência da Computação, na Economia e principalmente na Física, área que concentra a menor representação feminina, em torno de 20%. Entretanto, Psicologia, Linguística, Nutrição, Serviço Social, Fonoaudiologia, Economia Doméstica e Enfermagem constituem-se nas áreas onde as mulheres são mais representadas, mantendo-se acima de 70%.

Esses números possibilitam-nos pensar que o mundo da ciência (re)produz determinados discursos e as práticas sociais que constituem mulheres e homens, uma vez que as diferenças entre os “papéis” sócio-historicamente construídos de mulheres e homens produzem efeitos nas escolhas profissionais, na formação de pesquisadores(as), no desequilíbrio entre mulheres e homens em determinadas áreas do conhecimento, no viés sexista que constitui a ciência. Tais aspectos têm raízes profundas, que envolvem a própria história da humanidade e a construção das identidades femininas e masculinas ao longo dos tempos.

É importante compreender que a ciência é um produto de centenas de anos de exclusão e invisibilização das mulheres; portanto, a inserção delas na ciência exige profundas mudanças na cultura, nos processos de socialização de mulheres e homens, nas expectativas direcionadas socialmente às mulheres, nas formas de compreender as feminilidades e as masculinidades, na representação tradicional da ciência e de cientista abordada nas escolas e veiculada em diversos artefatos culturais, entre outros aspectos.

A inserção das mulheres na ciência é somente uma das questões que precisa ser resolvida, pois não se trata apenas de aumentar o número de mulheres na ciência, principalmente em áreas como a Física e a Engenharia, nas quais a participação das mulheres é restrita. A desvantagem numérica em algumas áreas do conhecimento e a divisão de gênero na ciência não são os únicos problemas, embora se constituam como sintomas da organização de gênero na sociedade. Os preconceitos e desigualdades de gênero que impedem uma participação equivalente e que não permitem mudanças, não só na vida das mulheres, como também na própria ciência, constituem a base do problema. Preconceito e desigualdade de gênero na ciência refere-se, por exemplo, às “brincadeiras” e metáforas sexistas que inferiorizam e discriminam as mulheres pelo simples “fato” de serem mulheres.

Considerando as ideias apresentadas neste

texto, procure problematizar com os(as) alunos(as) a relação entre gênero e ciência presente nos livros didáticos utilizados em sua escola, bem como em outros artefatos culturais, tais como filmes, revistas, gibis, desenhos animados, dentre outros. Qual é a representação de cientista e de ciência presente nesses artefatos? Quais são as posições de sujeito ocupadas por homens e mulheres, meninos e meninas? Como a história da ciência é apresentada nesses artefatos?

Lembre-se que todo e qualquer artefato cultural contém pedagogias que ensinam modos de ser e estar no mundo, construindo e reproduzindo significados sociais.

É fundamental a incorporação de uma “consciência crítica de gênero” na formação dos sujeitos em todos os níveis educacionais. É preciso problematizar o pressuposto de que a ciência é neutra com relação às questões de gênero, revelando que os valores e as características socialmente atribuídos às mulheres são desvalorizados na produção do conhecimento e que desigualdades de gênero perpassam o campo científico.

Algumas medidas a favor da igualdade de gênero na ciência têm sido executadas no âmbito do Programa Mulher e Ciência, da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, que, desde 2005, lança editais de apoio às pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos. Também foi lançado o “Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero”, que tem como objetivo estimular a discussão de gênero, mulheres e feminismos, a partir da premiação de redações, no caso do Ensino Médio, e artigos científicos, no caso da graduação e pós-graduação.

Referências

FELÍCIO, José Roberto Drugowich de. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. In: **Pensando gênero e ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – 2009, 2010/ Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 45-52.

LÖWY, Illana. Ciências e gênero. In: HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40-44.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?**. São Paulo: EDUSC, 2001.

Na contemporaneidade, os sujeitos vêm se utilizando das diversas tecnologias digitais, para exporem e compartilharem sua intimidade, com intuito de seduzirem e tornarem-se visíveis. Esse fenômeno vem sendo chamado de sexting, e vem sendo aderido por sujeitos de várias faixas etárias. Assim, leitor/a, convido você a pensar sobre o sexting e o que a escola tem a ver com essa prática?

■ Profa. Drna. Suzana da Conceição de Barros*

Situação um: Uma menina tira fotos nua e as envia para o namorado; com o fim do namoro, o menino espalha as mesmas para diversos contatos dele.

Situação dois: Um casal de namorados filma com o celular uma relação sexual que tiveram. Logo após, compartilham tal filmagem com alguns/algumas amigos/as; esses espalham-na para seus/suas conhecidos/as até que alguém posta na internet.

Situação três: Um casal de adolescentes mantém carícias íntimas, na frente da webcam ligada, e decide expor isso em tempo real através dos sites de rede social.

Começo este texto trazendo essas situações para chamar atenção para um fenômeno que vem se constituindo em nossa sociedade, o *sexting*. Esse termo surge nos Estados Unidos da América, no século XXI, através da combinação de duas palavras: sexo (*sex*) e mensagem (*texting*).

O *sexting* consiste no envio, compartilhamento e postagem de mensagens eróticas, fotos de corpos desnudos e de vídeos que mostram relações sexuais, ou seja, de materiais que apresentam conteúdos sexuais, sensuais e eróticos, por meio de tecnologias digitais (smartphones, tablets, computadores, e sites de redes sociais, como Facebook e Twitter etc.), para namorados/as, ficantes, paqueras, amigos/as, ou para uma multidão de conhecidos/as e desconhecidos/as, quando postados na internet, por exemplo. Crianças, adolescentes, adultos, isto é, sujeitos de diferentes faixas etárias, vêm aderindo a essa prática.

Uma pesquisa realizada pela SaferNet Brasil, em 2009, com 2.525 crianças e adolescentes, de faixa etária entre 10 e 17 anos, alunos/as da rede pública e particular, dos Estados do Rio Janeiro, Paraíba, Pará e São Paulo, concluiu que 12,1% deles/as já publicaram fotos íntimas na internet. Neste sentido, podemos evidenciar que existe um número significativo de crianças e jovens que já entraram em contato com essa prática de alguma forma,

Diversidade em Debate

Discutindo sobre sexting

seja produzindo e postando mensagens, fotos ou vídeos erótico, seja recebendo esse tipo de material.

É importante pensar no que leva os/as adolescentes a realizarem o sexting. Para a pesquisadora de cyberbullying, Nancy Willard (2010), o fenômeno do *sexting* entre os/as adolescentes parece ser o resultado de uma combinação de fatores: a facilidade de capturar e enviar imagens através das tecnologias digitais, impulsividade, “hormônios em fúria”, pressão do parceiro e incapacidade biológica do/a adolescente de prever as potenciais consequências prejudiciais e negativas de suas ações. Já para as pesquisadoras Sonia Livingstone e Anke Görzig (2012), a prática do *sexting* está relacionada a questões de romantismo, sendo enviadas com o intuito de conquistar e seduzir o/a parceiro/a, buscar atenção e vivenciar novas sensações etc..

Em minha pesquisa de doutoramento, realizada no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: química da vida e saúde, venho analisando o que é dito sobre o *sexting*, em alguns materiais (reportagens, notícias, programas televisivos, comentários e *blogs*), postados na internet, bem como investigo as condições de emergência e de existência da prática do *sexting*.

Neste estudo, discuto que esse fenômeno está atrelado a uma combinação de fatores e acontecimentos que vêm ocorrendo em nossa sociedade. Dentre os mesmos, o aprimoramento e a democratização das tecnologias digitais, que vêm possibilitando a emergência de outros modos de sociabilidade, de entretenimento, de comunicação, de consumir, de realizar publicidade, entre outros. As tecnologias digitais descentralizam da mídia o papel de produzir e disseminar as informações, criando condições para que todos nós possamos agir como verdadeiros jornalistas; assim, os praticantes do

*Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel M. Mano e doutoranda do PPG Educação em Ciências (FURG)

sexting utilizam-se dessa mobilidade e instantaneidade para tornar a sua sexualidade algo a ser informado, noticiado e visibilizado.

Nessa vontade de aparecer, a intimidade e a sexualidade são expostas como mercadorias, através de vitrines virtuais. Assim, o *sexting* também pode ser entendido como um fenômeno da sociedade dos consumidores, pois, através dessa prática, os sujeitos procuram ser reconhecidos, cobiçados, visíveis e objetos de desejo; em troca, expõem a sua vida íntima (BARROS, 2013).

Nesse tipo de sociedade, em que se busca a visibilidade, tudo aquilo que durante algum tempo era entendido como algo privado e íntimo torna-se algo possível de ser exibido e mostrado para todos/as. Nesse cenário, parece existir um borramento entre as fronteiras do público e do privado e, são as tecnologias digitais que têm possibilitado a exposição das vidas privadas.

Mas, por que discutir o *sexting*

Ao mesmo tempo em que ele é uma estratégia de sedução que proporciona visibilidade aos seus praticantes, esse pode trazer alguns problemas jurídicos, sociais e emocionais para a sociedade, pois acaba aumentando o número de materiais sexuais em circulação, facilitando o acesso a imagens eróticas e sensuais, de crianças e adolescentes, para pedófilos e abusadores, retroalimentando a indústria pornográfica.

Além disso, o *sexting* vem causando alguns problemas na vida dos/as adolescentes que o praticam; alguns/algumas deles tornam-se alvos de deboches e xingamentos. Nesses casos, as meninas são as que mais sofrem, sendo alvo de muitas agressões; já os meninos, em alguns casos, são vistos como os “pegadores”. Isso está vinculado à questão do machismo, que historicamente e culturalmente, foi permitindo aos meninos vivenciarem os prazeres da sexualidade. No entanto, a sexualidade das meninas foi construída como um tabu.

O que complica ainda mais o controle do fenômeno é que enquanto algo recente, existem poucos modos de regulamentar o mesmo, ou seja, o judiciário ainda está “engatinhando” a respeito dessas questões. Até agora, só existe a lei 12.737/2012, também chamada de Carolina Dieckman, criada em 2013, com objetivo de punir o sujeito que invadir um dispositivo informático alheio, violando as estratégias de segurança, a fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem

autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo. Ou, então, instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita, porém essa lei não protege os/as praticantes do *sexting*, pois ela está relacionada a invasões de sistemas.

No segundo semestre de 2013, começam aparecer alguns sujeitos preocupados com as vítimas do *sexting*, dentre eles o deputado Romário. Ele apresentou, na quarta-feira, dia 23 de outubro de 2013, o projeto de Lei N° 6630, de 2013, sugerindo punições para aqueles que se aproveitam de tais materiais para vingar-se de sua parceira. Esse projeto sugere que o acusado sofra reclusão e indenize a vítima. Esse será um importante passo para acabar com a violência de companheiros que se utilizam da exposição desses materiais para intimidar e expor a companheira.

O que a escola tem a ver com essa prática

Muitos materiais, como vídeos e fotos são produzidos e disseminados no interior da escola. E quando essa não serve de cenário para os/as praticantes do *sexting*, torna-se o espaço de discussão, comentários e repercussão dessa prática. Isso nos mostra o quanto essas questões estão presentes no cotidiano dessa instituição. Assim, considero que a escola é um espaço sexualizado, que precisa implementar discussões sobre os temas relacionados à sexualidade em suas práticas pedagógicas, para que os/as estudantes possam pensar e repensar, em seus modos de viver, a sexualidade. Esse tipo de trabalho pode contribuir para pensarmos a importância de discutirmos sobre a sexualidade e sobre as tecnologias digitais.

Referências

BARROS, Suzana da Conceição de. *SEXTING: analisando os discursos produzidos pela mídia*. Rio Grande, 2013. Qualificação (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande, 2013.

LIVINGSTONE, Sonia M.; GÖRZI, Anke. 'Sexting': the exchange of sexual messages online among European Youth. In: LIVINGSTONE, Sonia M.; HADDON, Leslie; GÖRZI, Anke. *Children risk and safety on the internet*. Bristol, Reino Unido, Chicago, IL: Policy Press, 2012.

WILLARD, Nancy E. Sexting and Youth: Achieving a Rational Response. *Journal of Social Sciences*, v. 6, n. 4, p. 542-562, 2010.

Neste texto convidamos você, leitor/a, a pensar sobre algumas situações que ocorrem no cotidiano da escola. Vamos conhecer esses casos?

Homossexualidades, travestilidades e transexualidades:

- Profa. Drna. Deise Azevedo Longaray*
- Profa. Dra. Joanalira Corpes Magalhães

discutindo e desconstruindo algumas metanarrativas



Situação – menina lésbica

Em um curso de formação de professores/as, uma professora relatou que sua enteada é lésbica e que seu marido, o pai da menina, não a aceita e fica chamando-a de “meu machinho de saia”, porque na escola ela gostava de jogar futebol. A situação ficou complicada e a família resolveu procurar um psicólogo para tratar a menina, pois foram chamados na escola dizendo que ela precisava de um apoio.

Situação – travesti na sala de aula

Em um curso de formação de professores/as, uma professora relata que, no ano anterior, havia “um aluno” travesti que ficava quietinho no canto e não incomodava, mas que neste ano tinha “um outro”, que não parava quieto. Ficava desfilando pela sala de aula com a calcinha aparecendo. Incomodada com a situação, falou com a diretora da escola e pediu que tomasse alguma providência, pois a situação estava incontrolável. A diretora chamou “o estudante” e disse que, se ele quisesse permanecer na escola, teria que se comportar, parar de se exhibir e esconder a calcinha já que isso não é comportamento de um menino normal.

Colega professor/a, você já vivenciou cenas como essas? Como você reagiria diante dessas situações? Nelas, a homossexualidade, assim como a transexualidade e a travestilidade, são entendidas como identidades desviantes, anormais, você concorda com essa posição?

As situações apresentadas nos possibilitam perceber o quanto os sujeitos homossexuais, travestis e transexuais são apontados socialmente como aqueles/as que precisam de alguma ajuda, de uma intervenção ou um tratamento, para que se corrija esse tipo de comportamento

considerado “anormal”. Muitos/as desses sujeitos em algum momento de sua vida já foram encaminhados/as ou lhes foi sugerido procurarem psicólogos/as e psiquiatras com a intenção de serem salvos/as, curados/as ou tratados/as. Mas seria a homossexualidade uma doença? E a travestilidade e a transexualidade?

Desde 1990 a homossexualidade não é considerada uma doença. A Organização Mundial da Saúde a retirou, no dia 17 de maio daquele ano, do rol de doenças, por isso esse dia é instituído como o Dia Internacional de Combate à Homofobia.

Até o ano de 1990, usava-se a expressão homossexualismo para referir-se aos sujeitos homossexuais, pois o sufixo *ismo* remete à patologia. A partir do momento em que essa identidade sexual sai da lista de doenças, ela passa a ser denominada homossexualidade.

Com relação às identidades de gênero, ou seja, à transexualidade e à travestilidade, discussões nesse âmbito ainda se estabelecem. Transexuais, para conseguirem modificar seus corpos, por meio da realização da cirurgia de mudança de sexo ou transgenitalização, devem passar por um diagnóstico e, se obtiverem “aprovação” nos testes médicos e psicológicos realizados, podem vir a ter o corpo e o “sexo” desejado. De acordo com a 5ª versão do Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM-V), publicado em maio de 2013, a transexualidade não é mais considerada uma doença mental, um transtorno de identidade de gênero como era descrita na versão anterior do documento. Contudo, o código ainda a classifica como disforia

No ano de 2006, o integrante do GESE, o Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes, participou da elaboração e aprovação da 1ª Lei (Nº 6.257) que instituiu o Dia Municipal de Combate à Homofobia, 17 de maio, na cidade do Rio Grande.

*Doutoranda do PPG Educação em Ciências (FURG)

de gênero, referindo-se aos problemas que a pessoa transexual tem ou pode vir a ter por não se identificar com o corpo e a genitália de nascimento. Por considerarem que ainda permanece um viés patologizante com relação à transexualidade, Movimentos Trans vêm lutando pela retirada da transexualidade desse código, não restando, assim, qualquer relação com problemas psíquicos.

Há um projeto de lei em discussão, conhecido como Lei João W Nery - Lei de Identidade de Gênero, de autoria do Deputado Jean Wyllys e Érika Kokay, que “dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973”. Esse projeto tem como propostas em seus parágrafos únicos:

O exercício do direito à identidade de gênero pode envolver a modificação da aparência ou da função corporal através de meios farmacológicos, cirúrgicos ou de outra índole, desde que isso seja livremente escolhido, e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de fala e maneirismos.

Em nenhum caso serão requisitos para alteração do prenome:

I - intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial;

II - terapias hormonais;

III - qualquer outro tipo de tratamento ou diagnóstico psicológico ou médico;

IV - autorização judicial.

O nome social requerido deverá ser usado para a citação, chamadas e demais interações verbais ou registros em âmbitos públicos ou privados.

Embora exista uma ampla discussão no sentido de desconstruir o entendimento dessas identidades de gênero e sexuais como desvios, patologias, ainda percebemos em alguns espaços educativos, como os artefatos culturais de ampla circulação e acesso – revistas, jornais, facebook, entre outros – a (re)produção de determinadas formas de representar esses sujeitos, conforme os trechos citados abaixo:

Agora, o maior estudo sobre o assunto quer responder: é possível nascer homossexual? (NOGUEIRA, 2011).

Candidatas transexuais que fizeram a edição de 2013 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) relataram que sofreram constrangimento na hora de apresentarem o documento de identidade aos fiscais das salas de prova no sábado (26). Como usam um nome social diferente do nome indicado no documento de identificação, duas estudantes transexuais disseram que só receberam o

caderno de provas no primeiro dia depois de um longo processo de conferência de dados. (MORENO, 2013)

O que podemos observar nos excertos acima é o quanto gays, lésbicas e transexuais são apontados como aqueles sujeitos que apresentam algo de errado em seus corpos, o qual deve ser corrigido. É através da construção do corpo de um sujeito homossexual, transexual ou travesti e suas diferenças, que acabam por socialmente constituírem-se táticas políticas de dominação e exclusão, as quais se reproduzem nos saberes produzidos e nas histórias que são narradas sobre esses sujeitos.

Essa (re)produção constante do/a homossexual, transexual ou travesti como anormal acaba por gerar preconceitos, maneiras de definir e perceber esses sujeitos como objetos a serem corrigidos.

Nas escolas também percebemos algumas estratégias sendo utilizadas para trazer para a “normalidade” os/as alunos/as que em algumas situações do espaço escolar escapam do sistema de igualdade que é, muitas vezes, imposto na escola. Assim, acreditamos que problematizar nesse contexto as temáticas diversidade sexual e de gênero, de modo a discutir sobre as múltiplas formas de ser, estar e viver os prazeres e desejos, possibilitará desconstruir algumas metanarrativas que reforçam a homofobia na escola.

Metanarrativas tratam-se de narrativas que descrevem ou explicam de forma abrangente situações sociais. As metanarrativas têm sido usadas apenas para justificar a ausência de outras narrativas que não vão ao encontro dos que as narrativas mestras que circulam socialmente (SILVA, 1994).

Referências

MORENO, Ana Carolina. *Candidatas transexuais do Enem dizem ter sofrido constrangimento*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2013/noticia/2013/10/candidatas-transexuais-do-enem-dizem-ter-sofrido-constrangimento.html>>. Acesso em: 29 out. 2013.

NOGUEIRA, Pablo. *O polêmico gene gay: a relação entre genética e homossexualidade vive sendo provada e contestada*. Agora, o maior estudo sobre o assunto quer responder: é possível nascer homossexual? Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDG80153-7943-197,00-O+POLEMICO+GENE+GAY.html>>. Acesso em: 27 set. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O adeus às Metanarrativas Educacionais*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

Gabriel:

construindo um novo
integrante na

turma 11

Nossa história começou a partir da minha participação em um curso de Gênero e Diversidade na Escola do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE) da FURG. Foi ali que tive a ideia que precisava para trabalhar com questões que estavam rodeando minha sala de aula e que de certa forma eu estava encontrando dificuldades em lidar. Questões como preconceito de raça e sexualidade, que normalmente esbarravam nas questões de gênero. Eram questionamentos que vinham atravessando minha prática pedagógica, e na maioria das vezes, eu não conseguia mediar à situação de forma a proporcionar aos meus alunos e alunas reflexões como sujeitos ativos da situação.

Começamos quando foi sugerido que criássemos um novo/a amigo/a para nossa sala que iria nos trazer muitas questões para discutirmos e repensarmos com relação as nossas atitudes e maneiras de tratarmos uns aos outros, além disso, ele/a seria quem nos ensinaria muitas brincadeiras novas e divertidas.

Para dar início a criação do/a nosso/a amigo/a levei jornais e meia calça de diferentes cores (preta, bege, branca) justamente para instigar nas crianças as possibilidades que teríamos de escolher a cor da pele do/a novo/a amigo/a, pois como foi combinado anteriormente, construímos uma identidade para esse/a amigo/a: escolheríamos nome, idade, comportamento, raça. Esse foi um momento bastante produtivo, as crianças defenderam suas ideias enfatizando com firmeza suas formas de pensar.

Ao discutirmos a raça que teria nosso boneco, a maioria das crianças escolheu a cor da meia calça bege para expressar a “cor da pele” do/a novo/a amigo/a e eu questionei o porquê e todos responderam que era ruim ser “preto”, pois quase sempre preto era pobre e tinha o cabelo feio. Foi quando uma menina que é negra levantou-se e disse: *Não tem nada de ruim em ser negra. Eu nunca mudo de cor, não “descasco” com o sol e*

A construção de um boneco de meia e jornal motiva alunos do 1º ano de uma escola da rede pública municipal a discutir sobre questões de gênero, sexualidade e raça.

■ Profª. Eliane da Silva Elesbão*

minha mãe me falou que os negros envelhecem mais tarde que os brancos. Instaura-se nesse momento uma grande discussão sobre as questões relativas à raça e a importância do caráter da pessoa e não da cor de sua pele. Ao final a aluna, Lara, conseguiu convencer a toda a turma e nosso/a amigo/a foi montado sendo pertencente à raça negra.

Após escolher a raça passamos para a escolha do sexo do/a boneco/a, que foi feita a partir de votação, ganhando o sexo masculino. O amigo recebeu o nome de Gabriel, ele tem 7 anos é um aluno bastante comportado e dedicado. Como na turma tem um pequeno grupo que é bastante agressivo e com comportamentos inadequados os alunos resolveram por ser o Gabriel um aluno comportado e obediente. Meu aluno Matheus ressaltou: *Ele tem que ser comportado mesmo, porque se não coitada da “tia” com mais um bagunceiro.*

Trabalhamos também questões referentes a gênero, pois no momento de escolher o sexo do boneco os meninos bombardearam o sexo feminino com fragilidades e impossibilidades de agir e ser no mundo atual e nossa discussão foi bastante difícil com relação a esse aspecto.

As crianças discutiram a respeito das brincadeiras que menino pode participar e que menina não, ressaltaram as questões relativas à sensibilidade/fraqueza da mulher e a força/garra do homem. Os tipos de trabalho que cada um pode e deve realizar, bem como, os motivos pelos quais é bom ser homem, pois em nenhum momento ressaltaram motivos positivos em ser mulher.

Em uma fala um menino, após a turma ser questionada, resalta: *Prof. não tem nada de bom em ser mulher. Mulher limpa a casa, tem que trabalhar na rua, cuidar dos filhos e até cuidar dos avós.* Situações essas vivenciadas pelo aluno, provavelmente no âmbito da família. Outra fala que além de chamar atenção também nos proporcionou



muitas reflexões foi a da menina Melissa: *É bom ser mulher sim, mulher é mais bonita, mais cheirosa, mais responsável, mais inteligente, mais amiga e pode beijar e abraçar as amigas mulheres e homem não pode.* A turma salientou bastante a postura de um menino que costuma brincar com as meninas e com coisas ditas de mulheres, tal postura incomoda muito aos alunos.

Dessa forma, a discussão a respeito das posturas entre os gêneros feminino e masculino foi instaurada, proporcionando reflexões a respeito dos discursos que constituem nossa forma de ser e agir. Realizando atividades e discussões foi possível desmistificar um pouco as questões que moviam o preconceito com relação às atitudes dos meninos e meninas, principalmente do menino que apresenta um gosto por integrar as brincadeiras e vivências femininas, proporcionando que a relação entre meninos/meninas na sala de aula se tornasse mais agradável.

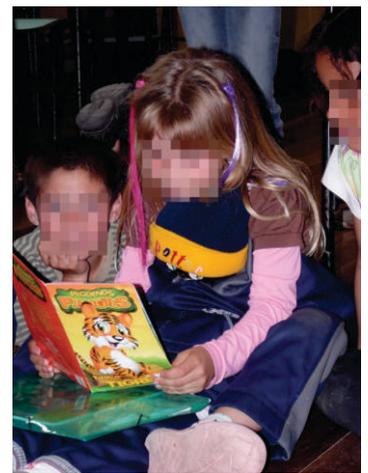
Então decidimos as roupas e acessórios que o Gabriel iria utilizar, bem como, as preferências que o novo integrante da nossa turma iria ter. Dessa forma o menino Gabriel passa a fazer uma turnê pela casa dos estudantes da turma. As crianças levam o Gabriel para casa acompanhado de seus materiais básicos (mochila e acessórios de escola) e um livro literário. As crianças devem fazer o amiguinho participar de suas rotinas básicas e perto da hora de irem dormir juntos devem ler a história que levaram, devem também realizar um relato escrito sobre as experiências vividas, no diário que acompanha o Gabriel.

Os relatos são surpreendentes, encantadores e demonstram a pureza e capacidade que a criança tem de quebrar com o preconceito e como eles podem ser disseminadores de pensamentos que proporcionem reflexão no meio em que estão inseridos. Nesses relatos é possível perceber que os meninos apresentam postura um pouco mais rígida com relação as ações do Gabriel em

casa, pois com os meninos o Gabriel só brincou de coisas de menino, já com as meninas percebe-se ações de experimentação em outras possibilidades de brincadeiras como escreveu a aluna Evellyn: *Na minha casa o Gabriel brincou de boneca comigo, pois ele era o pai. Tomou banho junto comigo e eu não tive vergonha de ver ele pelado porque a gente é duas crianças. [...]Pedi para minha mãe comprar um carrinho para eu brincar com o Gabriel com alguma coisa que sei que ele gosta.*

Em determinada ocasião, em que outra professora os entregou para os pais, eles a questionaram sobre quem iria levar o Gabriel e a resposta dela foi que seria a mãe e logo eles responderam que o menino não tinha mãe. Com certeza no outro dia os questionamentos e indagações a respeito dos pais do Gabriel foram grandes. Então criamos em cartazes os pais do Gabriel e aproveitamos para enfatizar a importância e serventia da certidão de nascimento do Gabriel e a de cada um dos alunos o que fez com que as crianças fizessem descobertas maravilhosas a respeito de suas origens.

O Gabriel viveu, proporcionou e participou conosco de experiências riquíssimas que serviram de momentos de reflexão e divertimento, fazendo com que eu e minha turma percebêssemos o quanto é importante e possível discutir questões referentes ao gênero, a raça e a sexualidade na escola. O fato de ser uma turma de 1º ano com alunos de 6 e 7 anos, não foi obstáculo para que nossas discussões seguissem caminhos reflexivos que nos fizeram repensar e agir de maneira diferente.



Cantinho da leitura



Um fusquinha cor de rosa estaciona na escola?

*Compartilhando uma experiência de
estágio nos Anos Iniciais*

Trabalhar com gênero e sexualidade na escola é um assunto polêmico. Problematizar questões como: porque os meninos não brincam de boneca e as meninas de carrinho, geram desde cedo significados e conflitos na educação das crianças.

■ Acadêmica Fernanda Pereira San Martins*

Licencianda no Curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no mês de Agosto de 2013, iniciei meu estágio nos Anos Iniciais, supervisionado pela minha Orientadora Maria Renata Alonso Mota, desenvolvi meu estágio em uma turma de 1º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora Medianeira, da cidade do Rio Grande/RS.

No decorrer das cinco semanas de estágio, a turma em que eu estava como estagiária foi apontando suas necessidades a partir da leitura e das contações de história. Partindo dos assuntos que as crianças queriam ouvir, desenvolvi meu projeto intitulado: “Quem conta um conto aumenta um ponto: Histórias Infantis”.

O projeto foi sendo produzido a partir de histórias variadas, mas aos poucos percebi que os meninos separavam as meninas das brincadeiras porque eram meninas e, não jogavam bola com elas. Toda vez que eu propunha uma brincadeira que tinha algo rosa ou azul eles desistiam logo. Então, comecei a ficar inquieta sobre o assunto e me senti mobilizada a discutir as questões de gênero e sexualidade com as crianças. Fui em busca de ajuda para pensar algumas estratégias com o Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola da FURG, que me sugeriu

um livro infantil para integrar meu projeto com literatura e contação de histórias.

O livro “O fusquinha cor-de-rosa”, autoria de Caio Riter e ilustração de Elma conta a história do Beto e da Bia, irmãos que adoram brincar juntos, mas um fusquinha considerado um brinquedo de menino, por ser um carro e, um brinquedo de menina, por ser da cor rosa, faz com que os irmãos excluam o carrinho e não brinquem com ele, até que o descobrem dentro de uma caixa e começam a brigar por ele.

Ao conhecer a história da Bia e do Beto, imediatamente pensei: este livro vai dar o que falar! Preparei uma caixa mágica para contar a história e construí um fusquinha rosa para que este saísse de dentro da caixa. Todos sentados em roda comecei a contar a história. As crianças estavam atentas e curiosas para ver o que tinha dentro da caixa e, como no livro os brinquedos ganhavam vida depois da meia noite, com o fusquinha não iria ser





O fusca e as placas de trânsito



A turma do 1º ano



A estagiária e o fusquinha

Os meninos logo disseram: *A gente não brinca com coisa rosa é coisa de menina* e as meninas logo foram dizendo: *De carrinho a gente também não brinca. Então uma menina disse: Nada a ver mulher também dirige carro e melhor que os meninos!* E começaram as discussões, até que um menino me olhou e disse: *Professora eu acho que o meu padrasto é!* Eu perguntei: *É o que? É marica prof! Sabes porquê? Ele usa camiseta rosa e todo homem que usa coisa rosa é marica.* A partir desse relato do menino, eu busquei mediar a situação e promover uma discussão com a turma dizendo que rosa é uma cor como todas as outras e perguntei para ele quem tinha dito aquilo, e ele prontamente me respondeu: *Meu pai que é muito homem, ele me disse que homem de verdade não usa rosa e nem compra florzinha de mulher.*



Vamos aprender a dirigir?

No outro dia eu construí um fusca rosa choque e cheguei em sala de aula dentro dele buzinando e acenando. O olhar das meninas era de felicidade, mas dos meninos era de reprovação por causa da cor. Construímos uma pista no hall de entrada da escola onde trabalhei a sinalização e as placas de trânsito. As meninas andaram no fusca, mas os meninos, de início ficaram um pouco arredios, e um deles dizia que era coisa de marica.

Em alguns momentos enquanto a turma brincava com outros brinquedos este menino pegava o fusquinha escondido e brincava um pouco, mas bastava

um olhar ou comentário das outras crianças, para ele largar o fusquinha e ainda dizia: *Nunca vou gostar de rosa!*

Minha experiência durante o estágio dos Anos Iniciais foram marcadas por estas histórias que me fizeram ainda mais me apaixonar pela docência e junto com ela estas questões que me movem a refletir o quanto as crianças já nascem com o azul de menino e o rosa de menina. A nossa cultura é marcada e estas crianças quando chegam á escola carregam consigo estas marcas. São histórias cheias de significados, as crianças estão se produzindo, tem entre 6 e 7 anos e já pensam assim, separando brinquedos e brincadeiras em coisas de meninas e de meninos. Nem mesmo sabem o que significa ser marica e já discriminam o outro por gostar do rosa, do azul, da boneca e da bola. Penso que a escola deve sim trabalhar desde cedo com estas questões, quebrar estes preconceitos que atravessam a educação para que quando chegue a idade adulta não se tornem adultos cheios de preconceitos que discriminam o próximo.



Atividade sobre o trânsito



Leitor/a, nesse texto gostaríamos de convidá-lo/a a conhecer as histórias contadas por Maria! Nessas histórias estão entrelaçadas as questões de diversidade de gênero, sexual e religiosa. Vamos conhecer o que Maria tem a nos contar?

Meninas e meninos

n' As histórias de Maria!

Problematizando o gênero no espaço escolar

Profª. Dra. Paula Regina Costa Ribeiro ■

Profª. Dra. Joanalira Corpes Magalhães ■

Profª. Drm. Juliana Lapa Rizza* ■

Olá, eu me chamo Maria. Sei que tem muitas Marias pelo Brasil, mas minha mãe contou que meu nome tem uma história. Nasci no dia 02 de fevereiro, quando comemoramos o dia de Nossa Senhora dos Navegantes, minha mãe muito devota dessa Santa colocou meu nome de Maria em homenagem a ela.

Um dia na escola, para conhecer as histórias dos nossos nomes, o professor realizou com a minha turma uma atividade chamada "Muitos nomes, muitas histórias", foi quando eu descobri a história do meu nome. Ele pediu que nós fizéssemos uma entrevista que poderia ser com os pais, cuidadores/as, avós/avôs ou tios/tias. Os/as meus/minhas colegas contaram que seus nomes eram de jogadores de futebol, de artistas de novela, de seus pais ou avós/avôs; nesse caso, tinham no seu nome a palavra Júnior, Neto, Filho. Uma colega falou que se chamava Lúcia Filha, pois tinha o mesmo nome de sua mãe.

Conversamos um pouco sobre os nomes de meninos e meninas com o professor e na hora do recreio aconteceu uma coisa que me fez pensar nesse bate-papo que tivemos na sala de aula. Eu pedi para os colegas da minha turma para entrar no time de futebol, pois gosto desse jogo, mas os meninos disseram que futebol não é coisa de menina. Então, fiquei pensando: Por que será que existem coisas que são de meninas e outras de meninos? Quem foi que disse o que menina pode ou não fazer, brincar, vestir, sentir, entre outras coisas?

Chegando em casa, perguntei para a minha avó, para o meu pai, para a minha tia se, quando eles/as eram crianças, já existiam diferenças entre os meninos e as meninas.

Minha avó, por exemplo, aprendeu que as meninas têm os gestos delicados, são carinhosas e tímidas, que devem saber se portar, sentar-se direitinho, serem graciosas, cuidarem de crianças e da casa. Vovó disse que as meninas que têm esses predicados são educadas; já os

meninos devem ser fortes, serem os chefes da casa e não podem ser tímidos, afetuosos e delicados e, principalmente, não podem chorar, porque isso é coisa de "mulherzinha".

Minha tia falou que hoje as questões de gênero estão mudando na sociedade e podemos perceber essas mudanças em algumas atividades como, por exemplo: mulheres dirigindo ônibus e construindo casas; homens que pintam as unhas e os cabelos, além de muitas outras atividades que eram ditas como só do homem ou só da mulher.

Professor/a ao usar a expressão "mulherzinha" buscamos problematizar o quanto essa expressão é utilizada socialmente como algo pejorativo, pois inferioriza as mulheres e, ao mesmo tempo, visa ofender os homens que não se ajustam aos padrões de gênero masculino.

■ É Lei:

A Declaração dos Direitos Humanos em seu Art. 5º estabelece que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição". Sendo assim, nenhum cidadão e cidadã pode ser prejudicado/a por motivo de preconceito e discriminação.

Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, "cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de violência doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências".

*Doutoranda do PPG Educação Ambiental (FURG)

Eu moro no Rio Grande do Sul e aqui falam que os homens têm que ser machos e corajosos. O meu pai sempre toma chimarrão escutando músicas aqui do Estado que falam sobre isso. Tem uma música que diz: "Ajoelha e chora, ajoelha e chora. Quanto mais eu passo laço muito mais ela me adora." (Música: Ajoelha e Chora – Composição: Luiz Cláudio/ Maruinhos Ulian/ Sandro Coelho).

Minha mãe não gosta dessa música, pois ela acha que incentiva a violência contra as mulheres. Ela me contou que agora tem uma lei chamada Maria da Penha que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela também me falou que a lei é assim chamada em homenagem à luta de vinte anos de uma mulher, a Maria da Penha, que sofria agressões do marido que até tentou matá-la.

Além dessa questão da violência, minha mãe comentou que a música trata das atividades realizadas pelas mulheres, como podemos perceber nesse trecho: "Ela faz o que eu quiser. Me lava a roupa, lava os pratos e cuida os filhos".

■ Para refletir:

Você já parou para pensar quem na sua casa realiza os afazeres domésticos?

Será que em todas as casas são as mulheres que fazem essas atividades?

Fiquei pensando que essa música tem um ritmo empolgante e, com isso, acabamos não prestando atenção na sua letra. A partir do que minha mãe falou percebi o quanto ela acaba ensinando maneiras de ser menina e de ser menino, o que cada um pode ou não fazer e como homens e mulheres são tratados de diferentes formas.

Eu gosto muito de escutar músicas em meu MP3; às vezes, fico na internet procurando as letras de música; até fui a um show do meu cantor preferido que veio na minha cidade, nas comemorações da Semana Farroupilha, uma festa popular do Rio Grande do Sul.

Na internet encontramos muitos sites interessantes, mas é importante vocês estarem atentos/as, pois algumas pessoas usam a rede para cometer crimes como a exploração sexual e a pedofilia. Por isso, é necessário usar a internet com responsabilidade e com a supervisão dos nossos responsáveis. Além disso, só podemos ir a lugares públicos, como shows e espetáculos, adequados a nossa faixa etária e acompanhados/as de nossos responsáveis. Essas regras, que são consideradas leis, estão no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

■ Semana Farroupilha

A Semana Farroupilha é um evento festivo do Estado do Rio Grande do Sul. As comemorações lembram o 20 de setembro de 1835, quando era iniciada, no Rio Grande do Sul, uma revolução considerada um marco da história política da sociedade gaúcha. As festividades iniciam-se com o acendimento da Chama Crioula, ocorrendo cavalgadas que levam o símbolo a todas as localidades do Estado. No dia 20 são realizados desfiles, organizados pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) em homenagem aos líderes da Revolução Farroupilha. Existem hoje mais de 3.000 CTG espalhados pelo mundo, reunindo pessoas (gaúchos sul-riograndenses e outros gaúchos) cultuando, valorizando e difundindo a cultura gauchesca e consolidando a identidade do gaúcho. O gaúcho é um tipo cultural, formado por inúmeras etnias e aspectos culturais herdados dos povos e culturas indígena, espanhola, portuguesa, negra, açoriana, alemã, italiana, polonesa, holandesa e mestiça de toda ordem. As escolas e instituições do Rio Grande do Sul buscam resgatar a identidade cultural da prenda e do gaúcho, ao longo dessa semana de festividades, através da utilização de vestimentas características, comidas e bebidas típicas.

Som: Milonga, Vaneira, Chamamé, Xote.

Roupa Típica do Gaúcho: pilcha – bombacha, bota, lenço, pala, poncho.

Roupa Típica da Prenda: vestido ou saia, blusa e casaquinho.

Comida Típica: churrasco, arroz de carreteiro (arroz com charque), chimarrão, pucheiro.

Onde ocorre: Rio Grande do Sul, estendendo para outros estados que tenham Centro de Tradições Gaúchas – CTG.

Ao ouvir algumas músicas que falam sobre os meninos e as meninas, lembrei daquela conversa que tive com minha mãe sobre as letras das músicas e daquilo que a minha avó falou sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Eu penso que não existem coisas só de meninos ou só de meninas. Podemos brincar do que mais gostamos, vestir roupas de qualquer cor, ou seja, não existe um único jeito de ser menino ou menina.

O meu professor falou que as meninas e os meninos têm diferenças físicas, já que seus corpos apresentam características diferentes como: órgãos, sistemas genitais, estrutura corporal, mas que isso não pode fazer com que os homens e as mulheres sejam tratados de forma desigual em nossa sociedade. O professor contou que essas diferenças foram sendo construídas pela sociedade, ao longo da história, e que as características biológicas e genitais não podem ser utilizadas para diferenciar o que meninos e meninas podem ou não fazer.

Meu professor também discutiu com a minha turma essas coisas que meninos e meninas fazem. Nós fizemos uma atividade chamada "Quem pode fazer: o homem ou a mulher?". Durante a atividade, quando os meninos estavam fazendo a mímica de pintar as unhas, continuei pensando no que a minha avó tinha falado, que os homens que fazem essas coisas são "mulherzinha". Será que o homem que faz a unha deixa de ser homem? E a mulher que não gosta de fazer as unhas deixa de ser mulher? Essas coisas são exemplos que fazem com que as pessoas sejam chamadas de gays e lésbicas, como um deboche? Perguntei ao professor.

■ O que é:

Gay é o termo usado para nomear os homens que gostam e se relacionam com outros homens.

Lésbica é o termo usado para nomear as mulheres que gostam e se relacionam com outras mulheres.

Ele respondeu que não existe um único jeito de ser homem ou de ser mulher e que as pessoas confundem as identidades de gênero com as identidades sexuais, ou seja, o que é ser homem e ser mulher com a forma das pessoas se relacionarem entre si, por exemplo, se uma menina gosta de coisas ditas de menino como jogar futebol e/ou usar cabelo curto, não quer dizer que ela goste ou namore uma menina.

Eu conheço uma história de um menino, o Leonardo, que mora na minha rua. A turma lá da rua fazia piadinhas com o Léo, só porque ele tinha cabelo comprido. Depois de um tempo, descobri que ele gostava de ter o cabelo comprido e, além disso, a mãe dele fez uma promessa para a Nossa Senhora dos Navegantes, de que iria levá-lo à procissão vestido de anjo e que até completar sete anos de idade, não cortaria seu cabelo. Minha mãe me falou que essa atitude de piadas e deboches contra o Léo pode ser considerada **bullying**.

Aquí, na minha cidade, no dia em que celebramos a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, santa que a mãe do Léo é devota, também comemoramos a Festa de Iemanjá. Eu sempre participo da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, mas nesse ano, a minha família me levou na Festa de Iemanjá para levar flores e agradecer pela saúde da minha tia, que é umbandista. Minha família me incentiva a conhecer diferentes religiões e, assim, escolher a minha.

■ Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá

A devoção à Nossa Senhora dos Navegantes originou-se na Idade Média por ocasião das Cruzadas, quando os cristãos invocavam a proteção de Maria Santíssima. Os homens que faziam a travessia pelo Mar Mediterrâneo em direção à Palestina, rogavam proteção à "Estrela do Mar". Tal tradição foi mantida entre os marítimos e foi difundida pelos navegadores portugueses e espanhóis, disseminando-se entre os pescadores litorâneos, principalmente nas terras colonizadas pela Espanha e Portugal. As consequências foram a multiplicação de capelas, igrejas e santuários nas regiões pesqueiras, particularmente no Sul do Brasil. Ela é a padroeira não só dos navegantes, mas também de todos os viajantes.

Existe um sincretismo entre a santa católica Nossa Senhora dos Navegantes e a orixá da Mitologia Africana Iemanjá. Em alguns momentos, inclusive as festas em homenagem às duas, fundem-se. No Brasil, tanto Nossa Senhora dos Navegantes como Iemanjá, têm sua data festiva no dia 2 de fevereiro. Costuma-se festejar o dia com uma grande procissão fluvial e terrestre. Iemanjá também é cultuada em diversas praias brasileiras, onde lhe são ofertadas velas e flores que são lançadas ao mar.

Bom, pessoal, lembrar de todas essas histórias foi uma forma de contar como as questões de gênero, sexuais, culturais, religiosas e de direitos humanos estão presentes em nossa sociedade. Se queremos uma sociedade mais justa e igualitária, nós, crianças e adolescentes, devemos fazer com que os nossos direitos sejam respeitados e, para isso, é importante que vocês conheçam e discutam o Estatuto da Criança e do Adolescente em suas escolas e também com seus familiares. Essa foi a primeira história que conto para vocês. Espero que possamos estar juntos/as em outras tantas histórias que tenho para contar!

Bullying é uma situação que se caracteriza por agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva a uma pessoa. O termo bullying tem origem na palavra inglesa bully, que significa valentão, brigão. Na sociedade, podemos perceber que existem vários tipos de bullying; ele pode ser relacionado à aparência física, religião, moradia, identidade sexual e de gênero, nacionalidade, etnia, entre outros. No caso do Leonardo, podemos falar em bullying de gênero ou homofóbico, já que as características do menino não correspondem aos atributos ditos como masculinos.

Fala aí professor/a!

Este espaço de nossa revista é destinado para você conversar conosco sobre algumas situações que ocorrem em sua escola. Assim, estaremos, neste diálogo, indicando algumas possibilidades de trabalho para a promoção de uma educação para sexualidade em sua escola.

■ Profa. Drm. Benícia Oliveira Silva*

■ Profa. Drm. Juliana Lapa Rizza

Olá, editoras! Sou diretora há 10 anos e confesso não saber como lidar com uma aluna recém-chegada na escola. Ela veio transferida de outro colégio devido à conduta dela e de outra estudante na escola anterior: elas foram pegas no banheiro com um menino e estavam "passando a mão" na genitália dele. Certamente, não houve alternativa a não ser a de convidá-las a se retirarem da escola que estudavam. Agora, aqui na minha escola, esta aluna vem vestida com calças justas e blusas decotadas, provocando um comportamento agitado nos meninos, causando uma série de problemas durante as aulas e nos demais espaços da escola. Já solicitei que ela faça uso do uniforme, mas a mãe dela não tem condições de comprá-lo. Quais encaminhamentos devo dar a este caso?

Olá, diretora. O caso que compartilhas conosco traz aspectos bastante recorrentes nos espaços escolares. Muitas vezes, mesmo com uso do uniforme as/os alunas/os utilizam-se de diferentes estratégias para demarcar suas identidades nas roupas que vestem, seja na calça mais acinturada e justinha ou no detalhe da calcinha/cueca aparecendo. O fato é que as/os adolescentes, assim como nós, adultas/os, têm diferentes formas de expressarem suas formas de serem e estarem no mundo, e uma delas é representada pelos modos de se vestirem. Muitas vezes, as roupas que as/os jovens usam são para que se sintam parte de um determinado grupo e os significados que seus estilos têm para elas/es podem não ser os mesmos que nós damos. Pensando na aluna da sua escola, por exemplo, podemos pensar que, ao se vestir com roupas justas e decotadas, ela não esteja querendo provocar os meninos, mas sim porque gosta de se vestir desse modo, sente-se bonita com esse tipo de roupa. Acredito que a questão é: esse tipo de roupa é o mais adequado para usarmos no espaço da escola? Esta questão não deve ser discutida apenas com essa aluna, pois não há necessidade de expô-la ainda mais, devido aos motivos que a levaram a sua escola. Propor um tema de debate, do tipo "com que roupa eu vou?", para todas/os alunas/os é uma ótima estratégia de possibilitar um espaço para que se converse a

respeito de qual seria o modo mais legal de nos vestirmos em diferentes lugares.

Outro ponto importante acerca do caso que relatas, e também bastante pertinente de trabalhar com todas/os estudantes, é a cultura da violência às mulheres, na qual as meninas e as mulheres são educadas a não provocarem os meninos e os homens, quando, na verdade, os meninos e os homens é que deveriam ser educados a não violentarem as meninas e as mulheres. Pensemos o que aconteceu com a aluna e a colega dela na escola anterior: as duas foram obrigadas a saírem da escola, no entanto, o menino permaneceu. Esse tipo de atitude reforça o entendimento de que os meninos e os homens podem abusar das meninas e das mulheres se elas estiverem provocando-os, pois isso é do instinto deles e, também, elas não "se deram ao respeito". Utilizar um discurso biológico para naturalizar um ato de violência não é mais aceitável. Precisamos trazer esta discussão para dentro das nossas escolas, problematizando o quanto essa representação cultural não deve mais ser difundida, independente de sexo, de gênero, de raça, de classe social, da roupa que veste, todas/os devem ser respeitadas/os. Os limites de acesso aos nossos corpos, somos nós quem damos.

Queridas editoras! Sou professora de uma turma de 3º ano de uma escola municipal de Rio Grande/RS e tenho percebido, na minha sala de aula, que um dos alunos tem sido motivo de piadinhas e preconceito por parte da turma. Ele não gosta de brincar com coisas “ditas” de meninos e, por esse motivo, ele é chamado por alguns/algumas colegas de bichinha, mulherzinha. Essa situação ficou ainda mais insustentável quando recebi uma carta desse aluno de 8 anos pedindo ajuda, pois se sente triste na escola com os constantes deboches por parte de alguns meninos e também de algumas meninas, porque ele não gosta de jogar futebol. Na família, esse menino faz natação, esporte incentivado e também praticado pelo pai, mas a escola não dispõe dessa modalidade, sendo assim, ele não interage com os meninos, que organizam times de futebol para jogar no recreio e na Educação Física. Além disso, na hora do recreio, por não gostar de jogar futebol, ele brinca com as gurias de pular elástico. Bem, de que forma posso discutir estas questões que têm emergido na minha sala de aula com as crianças; e também que estratégias posso utilizar para tentar minimizar esse preconceito que meu aluno tem sofrido, fazendo assim da escola um lugar que respeita as diversidades?

Prezada professora! Antes de pensarmos juntas de que maneira podemos discutir com as crianças as diferentes formas de meninos e meninas viverem a sua masculinidade e a sua feminilidade na nossa sociedade, é importante que possamos conversar um pouco sobre um aspecto que a tua vivência suscita, que é o entrelaçamento entre as identidades de gênero e sexuais, que se dá devido a normas e padrões estabelecidos socialmente.

As identidades de gênero são as formas dos sujeitos viverem as suas masculinidades e feminilidades, e isso não se dá de uma única forma, ou seja, não existe um único jeito de ser homem, assim como não existe uma única maneira de ser mulher. Existem múltiplas formas de ser homem e mulher, mas na nossa sociedade o que se percebe é o estabelecimento de uma norma, ou seja, social, histórico e culturalmente são atribuídos aos homens alguns marcadores sociais, como a voz grossa, não chorar, a força física; já às mulheres são atribuídos os gestos delicados, o trato com as crianças, estabelecendo assim, a partir de padrões sociais, uma única forma de ser homem e mulher na nossa sociedade.

Já as identidades sexuais, dizem respeito à forma dos sujeitos viverem os seus prazeres e desejos sexuais, que pode ser a homossexualidade, a heterossexualidade e a bissexualidade. Essas identidades – de gênero e sexuais – se entrelaçam, ou seja, se o sujeito não vive a sua masculinidade ou feminilidade dentro dos padrões socialmente estabelecidos, passe-se a duvidar da sua identidade sexual, que é o caso do seu aluno, professora. Por exemplo, uma mulher que não gosta de pintar as unhas, usa roupas largas, não usa salto alto, não vive a feminilidade dentro do que a sociedade estabelece como padrão; assim passa-se a questionar a sua

identidade sexual. Sendo assim, é relevante apontar que esse entrelaçamento se dá devido a esses padrões estabelecidos pela nossa sociedade de como homens e mulheres devem viver.

Então, a partir dessas discussões e do teu relato, que estratégias podemos utilizar no espaço da sala de aula, para discutir essa diversidade, essa multiplicidade de maneiras de ser homem e mulher?

Uma atividade com que podemos iniciar a discussão com as crianças acerca das questões de gênero é a partir de recortes de revistas, em que a proposta é selecionar, nesse artefato cultural, a diversidade de formas de homens e mulheres se vestirem, se comportarem e que isso não tem relação com a maneira dos sujeitos viverem seus prazeres sexuais – identidade sexual.

Outra estratégia é discutir se existem profissões de homens e mulheres? Ou se ambos podem exercer as mesmas atividades como, por exemplo, dirigir caminhão, arrumar a casa, cuidar dos filhos, participar de corrida de carro... entre outras atividades. Essa abordagem também pode ser utilizada para discutir os esportes, mulheres jogam futebol, homens fazem ginástica olímpica, por exemplo.

A partir destas discussões, estaremos possibilitando, na nossa sala de aula, que se produzam espaços de discussões acerca das questões de gênero e, desta forma, estaremos contribuindo para minimizar o preconceito e a discriminação que homens e mulheres sofrem por não se enquadrarem nos padrões socialmente estabelecidos para que os sujeitos vivam a sua masculinidade e feminilidade.

Professora, desejo que as discussões com as crianças sejam bastante produtivas e que eles possam repensar acerca da multiplicidade de maneiras de ser homem e mulher na sociedade em que vivemos!! Bom trabalho!

Galeria

I Mostra Cultural sobre
Diversidade Sexual e de Gênero



Reitora Cleusa Sobral Dias durante a abertura



Público prestigia I Mostra



**Coordenadora do GESE, Paula Ribeiro,
e Reitora da FURG**



Trabalhos apresentados



Trabalhos apresentados



Mural da diversidade

Galeria



Cidec-Sul foi o local de exposição da Mostra



Público prestigia I Mostra



Caderno com os trabalhos de todos/as os/as participantes da Mostra



Troféus entregues na I Mostra



Equipe do GESE



Premiados/as na Mostra